



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

MARINA ISABEL CORREIA DA SILVA DANTAS

**EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO: AS VIVÊNCIAS DE CRIANÇAS MIGRANTES EM
ESCOLA NO DISTRITO FEDERAL (DF), A PARTIR DA FALA DAS SUAS
PROFESSORAS**

BRASÍLIA
2023

MARINA ISABEL CORREIA DA SILVA DANTAS

**EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO: AS VIVÊNCIAS DE CRIANÇAS MIGRANTES EM
ESCOLA NO DISTRITO FEDERAL (DF), A PARTIR DA FALA DAS SUAS
PROFESSORAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de Bacharelado em Sociologia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Tânia Mara Passarelli Tonhati

TERMO DE APROVAÇÃO

MARINA ISABEL CORREIA DA SILVA DANTAS

EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO: AS VIVÊNCIAS DE CRIANÇAS MIGRANTES EM ESCOLA NO DISTRITO FEDERAL (DF), A PARTIR DA FALA DAS SUAS PROFESSORAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de Bacharelado em Sociologia. Brasília 18 de Julho de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Tânia Mara Passarelli Tonhati - Universidade de Brasília

Prof^a. Karina de Pecs e Fusaro - Universidade de Brasília

Dedico este trabalho a todas e todos que me fizeram poder chegar até este lugar, especialmente meus pais Clauria e Jefferson. Sem a força, palavras de afeto, incentivo e amor de vocês eu não estaria aqui e não seria quem sou.

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui os meus mais sinceros agradecimentos à minha família, à minha orientadora, às amigas e aos amigos, ao meu namorado e às oportunidades que essa Universidade me deu por tudo e tanto. Aos primeiros, sou muitíssimo grata por todo apoio, todo amor, paciência e carinho, tudo que vocês puderam me proporcionar ao longo dessa vida me fizeram ser quem eu sou e buscar o compromisso com essa profissão que refletem o ser humano que me ensinaram a ser.

Agradeço à minha orientadora Tania Tonhati por ter me apresentado o tema de estudo sobre migração e educação, confiado a mim dois PIBICs sobre o tema e esta monografia. Muito obrigada, professora, sua orientação me fez ver a pesquisa por outra perspectiva, as oportunidades que vieram com ela me desenvolveram muito enquanto pesquisadora e futura socióloga durante estes três anos de orientação.

Às amigas e amigos Sabrina, Ziza, Fernanda, Wanessa, Valentina, Mariana, Daniel, Lucas, Matheus, Bruno, Camila entre tantos outros que ocupariam páginas e páginas desses agradecimentos por cada momento, saibam que devo um pouco da minha sanidade a vocês por terem feito essa graduação ter sido um caminho mais leve. Posso dizer que desde os estudos e fofocas na BCE no primeiro semestre de aulas, aos bons bares (todos foram bons), muitas idas e vindas de ônibus para algum projeto de extensão (alô PIBID!), HHs e mesmo as chamadas de vídeo ou papos no WhatsApp durante a pandemia e o ensino remoto que fortaleceram o nosso vínculo, lhes sou grata.

Ao meu namorado Vinícius, pelo apoio sempre incondicional, agradeço por ser esse companheiro, pelas leituras desse e de outros textos, pelo bom senso e pé no chão nessa nossa caminhada. Sou grata confiar em meu potencial quando eu possa não ter tido confiança, mas principalmente por menininho, nosso companheirinho canino.

Por fim, meu agradecimento é para a Universidade de Brasília que me ofereceu outro olhar sobre o futuro desde a minha matrícula. Agradeço ao ensino, à pesquisa e especialmente à extensão, que foi o estímulo de muitas ideias, pesquisa e vivências. Que possamos continuar tendo cada vez mais oportunidades e melhorias neste ensino público e de qualidade.

RESUMO

Dada a necessidade de compreender as relações entre educação e migração esta monografia tem o intuito de investigar as relações vivenciadas pelas crianças migrantes a partir do universo escolar, para tanto, o campo de pesquisa escolhido foi uma escola no Plano Piloto, Região Administrativa do Distrito Federal que recebe um quantitativo de migrantes venezuelanos. A perspectiva trabalhada para entender estas relações foi a partir do olhar das docentes, por meio da observação participante e entrevistas semi estruturadas. Dentre os resultados, é possível perceber que há uma movimentação para o acolhimento e inclusão do alunato migrante na comunidade escolar.

Palavras chave: Educação; Migração; Vivência; Distrito Federal; Professoras.

ABSTRACT

Given the need to understand the relationship between education and migration, this monograph aims to investigate the relationships experienced by migrant children from the school universe, therefore, the chosen field of research was a school in Plano Piloto, Administrative Region of the Federal District which receives a number of Venezuelan migrants. The perspective used to understand these relationships was based on the perspective of the teachers, through participant observation and semi-structured interviews. Among the results, it is possible to notice that there is a movement towards the reception and inclusion of migrant students in the school community.

Keywords: Education; Migration; Experience; Federal District; Teachers.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Capítulo 1 | 9 |
| A Migração no Século XXI e a Educação..... | 9 |
| Capítulo 2 | 14 |
| Um Panorama da Educação no Brasil | 14 |
| 2.1. <i>Educação e Migração em Contextos Escolares no Brasil</i> | 17 |
| 2.2. Experiência escolar de migrantes no Distrito Federal | 25 |
| Capítulo 3 | 30 |
| <i>Iniciando na pesquisa</i> | 30 |
| 3.1. <i>A pesquisa</i> | 32 |
| 3.2. <i>A escola em observação: Escola Classe 113 Norte e observações do cotidiano escolar</i> | 35 |
| Capítulo 4 | 39 |
| Perspectivas Legislativas e Docentes..... | 39 |
| 4.1. <i>As legislações educacionais e seu papel na institucionalização de políticas públicas</i> 39 | |
| 4.2. <i>Experiências Docentes</i> | 44 |
| 4.2.1. <i>“Depende” das professoras</i> | 44 |
| Capítulo 5 | 69 |
| Educação, Migração e Vivência Escolar | 69 |
| REFERÊNCIAS | 73 |
| ANEXOS..... | 76 |

Capítulo 1

A Migração no Século XXI e a Educação

Esta pesquisa tem como intuito aprofundar um trabalho realizado durante um Projeto de Iniciação Científica - PIBIC, e ao mesmo tempo adentrar mais a fundo nas questões relativas à Migração e Educação, focando o olhar nas dinâmicas que envolvem a prática escolar, em uma escola da Região Administrativa do Plano Piloto, no Distrito Federal. Deste modo, este estudo tem como espaço de pesquisa e observação a escola, compreendendo que a educação e a escola são espaços de formação dos sujeitos influenciando em seus processos sociais para além de seus muros.

O objetivo deste estudo é direcionar o olhar para os diversos atores sociais presentes no ambiente escolar e compreender suas perspectivas em relação à recepção desses alunos. A questão norteadora deste trabalho consiste em analisar as dinâmicas sociais que envolvem essas crianças dentro do contexto escolar, investigando se elas conseguem compartilhar sua cultura, se o Estado age por meio de políticas públicas, para garantir seus direitos e, assim, compreender as dinâmicas sociais que emergem desse contexto educacional, promovendo a integração entre a escola e a comunidade.

Diante disso, o propósito deste trabalho é analisar se e como a escola faz a inclusão dos estudantes migrantes. Busco investigar a existência de políticas específicas, tanto na escola, quanto no âmbito do DF, além de analisar possíveis particularidades existentes entre o corpo docente, discente e dentro do ambiente escolar. Em resumo, pretendo abordar as problemáticas existentes listadas pelos profissionais da educação: a dinâmica dentro do corpo estudantil e como a gestão escolar atua, incluindo a parte operacional envolvendo secretaria, merendeiras, seguranças e demais atores sociais.

Na última década (2011-2020) e atualmente, observa-se no Brasil um aumento na recepção de pessoas provenientes de países do Sul Global. Para situar o processo migratório atual e contextualizar o escopo da pesquisa, é relevante mencionar o estudo de Cavalcanti, Tonhati e Oliveira (2016), que descreve o processo e as motivações por trás da migração haitiana para o Brasil, o qual foi um marco para as populações migrantes atualmente.

Esse fluxo migratório ganhou força a partir de 2010, após o terremoto no Haiti, seguido pelos furacões Issac e Sandy em 2012, resultando em consequências socioeconômicas e uma crise humanitária significativa. Assim, partindo do trabalho dos autores para contextualizar o impacto dessas mudanças, o texto apresenta análise quantitativa que revelou um aumento expressivo nos pedidos de visto entre 2013 e 2016, além de um considerável fluxo migratório que exigiu uma reflexão sobre a necessidade de políticas públicas adequadas para atender a essa nova população no país. Dentre as motivações desse fenômeno, destaca-se a dificuldade de acesso de migrantes aos países do Norte Global, devido a políticas migratórias restritivas e às novas características assumidas com a expansão da globalização.

A questão salientada anteriormente, relacionada às políticas e interesses socioeconômicos de melhoria e mudança de vida, também estão presentes nos movimentos migratórios que surgiram em meados de 2015, momento de aumento do fluxo migratório em que, ainda caracterizados pela migração haitiana vieram para o Brasil devido aos desastres naturais ocorridos em seu país de origem. Esse fluxo populacional deu origem ao movimento migratório chamado de migração Sul-Sul (BARLETT; RODRÍGUEZ; OLIVEIRA, 2015).

Enquanto uma representação sociológica, esse movimento migratório não consiste necessariamente na saída de pessoas do Sul do Globo, em termos geográficos, em direção a países do mesmo eixo, como o Brasil. Um bom exemplo para compreender essa dinâmica é o Haiti que se localiza geograficamente ao Norte Global, mas que socioeconomicamente é visto como parte desse movimento Sul-Sul

Tanto por ser parte desse movimento quanto por seu expressivo aumento migratório em direção ao Brasil desde meados de 2010, a vinda da população haitiana levou o país a se preocupar com a recepção e atendimento das necessidades desses migrantes, tornando a relação do Haiti com as políticas públicas um aspecto importante a ser considerado quando pensamos sobre a revisão de políticas públicas para migrantes.

A chegada da população haitiana ao país desempenhou este papel crucial no processo de repensar políticas públicas e reformular outras, como o antigo Estatuto do Estrangeiro, que remonta ao período da Ditadura Militar no Brasil. O referido estatuto, em seu texto, apresentava uma ênfase muito maior em obrigações e restrições impostas à população não brasileira do que em acolhimento e integração

na sociedade brasileira, abrangendo áreas como saúde e educação. Somente a partir da segunda década do século XXI, com a expressiva presença de migrantes, é que se iniciou um verdadeiro processo de repensar e reescrever a lei de migração, culminando na promulgação da nova lei, a 13.445 em 2017. Essa nova legislação estabelece, entre outras disposições, tanto deveres quanto direitos mais abrangentes para a população migrante que chega ao país.

Outro ponto relevante a ser considerado, a partir da promulgação dessa nova lei de migração é a sua relação com um outro movimento migratório significativo que tem se manifestado no país, vinculado ao eixo Sul-Sul. Trata-se da migração venezuelana, proveniente de nosso país vizinho, que vem tendo um notável aumento no quantitativo de migrantes com destino ao Brasil. De acordo com Oliveira (2019) essa migração tem características de uma crise humanitária marcada pela fome e o desemprego,

[...] esses deslocamentos serão tratados como migração laboral, forçada por uma crise humanitária descomunal que tem raízes em problemas políticos, econômicos e sociais. A gravidade da situação requer das autoridades brasileiras, nas três esferas de governo (federal, estaduais e municipais), que seja dado um acolhimento digno e facilitada a integração de nossos irmãos e irmãs venezuelanos no Brasil.(OLIVEIRA, 2019, p. 2020)

Com o aumento expressivo da população venezuelana no Brasil em meados de 2017, a maior parte desses migrantes se dirigiram inicialmente para a região e cidades do estado de Roraima, como Pacaraima, cidade fronteiriça que tem uma população local de cerca de 10.000 habitantes de acordo com o censo de 2010, e outras cidades como a capital Boa Vista. No entanto, mesmo com o aumento populacional, as autoridades locais não tinham um plano robusto para atender às necessidades dessa população migrante. Desde então, tornou-se evidente a necessidade urgente de políticas sociais efetivas, para atender a essa população, incluindo a Operação Acolhida e a "Estratégia de Interiorização", ações do Governo Federal em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

A estratégia de interiorização, de acordo com informações disponíveis no site do ACNUR, é um programa voluntário de realocação dentro do território brasileiro, iniciado em 2018, voltado principalmente para pessoas em situação de

vulnerabilidade social, que desejam se beneficiar desse programa por meio de inscrição e seleção do tipo de interiorização desejada. Existem quatro modalidades de interiorização:

1. Interiorização Abrigo a Abrigo: Nessa modalidade, os migrantes são transferidos para outra cidade, que oferece abrigo temporário por um período de até três meses, permitindo que se estabeleçam.
2. Interiorização por Reunificação Familiar: Destinada às pessoas que possuem familiares fora de Roraima e desejam se reunir novamente com seus entes queridos.
3. Interiorização por Reunião Social: Essa modalidade não exige necessariamente vínculo familiar, mas requer que a pessoa que receberá o migrante comprove ter fonte de renda mensal para oferecer suporte.
4. Interiorização pelo Trabalho: Nessa modalidade, o governo federal auxilia os migrantes na busca de emprego, facilitando sua inscrição e oferecendo apoio na mudança e transporte para o local de trabalho.
- 5.

Essas modalidades visam proporcionar oportunidades de integração e apoio aos migrantes durante sua transição para novas localidades dentro do Brasil.

Após uma breve apresentação da estratégia e suas modalidades, é fundamental ressaltar dois pontos importantes. Primeiramente, destaca-se a necessidade de criação de políticas públicas pelo governo federal, visando oferecer oportunidades e garantir o apoio necessário às populações migrantes no país, especialmente nas cidades fronteiriças que recebem um grande fluxo de pessoas em condições de refúgio e migração. Essas políticas são essenciais para lidar com o número significativo de indivíduos que buscam acolhimento.

Além disso, as instituições não governamentais têm trabalhado na ampliação do processo de recepção e acolhida dos migrantes. Essas organizações desempenham, em parceria com o Estado, prestação de assistência humanitária, apoio social, integração e acesso a serviços básicos. No site do ACNUR, é possível encontrar, , um direcionamento para um guia publicado em fevereiro de 2021. Esse guia apresenta os primeiros passos a serem seguidos, incluindo um mapa do Brasil com informações sobre as cidades onde é possível encontrar serviços de

acolhimento. Essas iniciativas, da parceria entre instituições governamentais e não governamentais, têm sido realizadas na acolhida e interiorização das populações migrantes, entre elas as que vieram para o Distrito Federal (DF).

No DF, encontrei três instituições, que fazem parte da Operação Acolhida, na interiorização, como o "Centros de Acolhida e Integração": Aldeias Infantis Brasília, Abrigo Raio de Luz e Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Essas instituições desempenham um papel de acolhimento primário no apoio aos migrantes, sendo financiadas pelo Governo Federal. A verba é repassada às instituições pelo ACNUR para que essas instituições possam receber de forma as populações migrantes que irá residir no DF.

Por fim, considerando que o Distrito Federal faz parte da estratégia de interiorização, é essencial compreender como os migrantes venezuelanos chegaram a Brasília e como têm se estabelecido na região. Deste modo, é preciso ter a compreensão de que seu estabelecimento aqui não se restringe às organizações sociais ou ao Governo Federal, pois é preciso compreender como a comunidade e a população têm acolhido esta população.

Como coloquei no início desta introdução, compreender que a escola é um espaço formador social, é também necessário ser estudado e compreendidas as dinâmicas que ali acontecem. Nesse sentido, a presente monografia pretende responder a seguinte questão: Como é a vivência dessas crianças migrantes no contexto escolar? Para tal, no próximo capítulo de revisão da literatura eu abordo os temas *Educação e Migração em Contextos Escolares no Brasil e a Experiência escolar de migrantes no Distrito Federal*. Em seguida, apresento os caminhos da pesquisa no capítulo 3, onde descrevo os caminhos da pesquisa até esta monografia e as técnicas e metodologias que fizeram parte deste trabalho. Os dados empíricos são apresentados no capítulo 4, nesse discurso sobre a a vivência das crianças migrantes na escola pela perspectiva das docentes e da realização de minhas observações. Finalmente, o quinto e último capítulo trago as considerações finais da monografia.

Capítulo 2

Um Panorama da Educação no Brasil

Considerando a abrangência desta pesquisa em relação ao contexto escolar das crianças migrantes, é importante mencionar os principais textos que contribuíram para minha reflexão e embasaram este estudo. Ao explorar fontes como o Google Scholar e repositórios acadêmicos como os da Universidade de Brasília, Observatório das Migrações e Scielo, encontrei uma série de trabalhos que abordam a migração no contexto escolar, especialmente nas regiões metropolitanas como os textos de Araújo e Contreras (2017); Oliveira e Tonhati,(2022); Silva e Freitas (2015); Vêras (2019); Rodrigues (2016). Estes trabalhos contextualizam os locais com as maiores recepção de migrantes ou nas áreas fronteiriças. Os textos encontrados e selecionados fornecem uma base sólida para o escopo da pesquisa, abordando temas como a relação entre espaço e população, bem como a intersecção entre migração e educação.

Entre as políticas públicas voltadas para atender às necessidades das populações migrantes, destaca-se a importância de pensar na educação como um aspecto crucial. No texto de Araújo e Contreras (2017), eles abordam a necessidade de ações governamentais por parte dos estados e municípios, exemplificando com o caso do estado do Paraná, que implementou medidas de inclusão e adaptação curricular, para garantir a presença de crianças e adolescentes migrantes nas escolas. Essas ações visam não apenas proporcionar uma nova perspectiva de ensino que atenda a esses alunos, mas também promover sua inclusão no contexto social. A discussão levantada pelos autores ressalta a importância de políticas educacionais sensíveis às demandas das populações migrantes, visando à sua plena integração na sociedade.

A autora bell hooks ¹é uma figura importante no campo da educação, e em seu livro "Ensinando a Transgredir", no capítulo intitulado "Abraçar a Mudança", ela destaca a importância de uma educação multicultural. No texto, hooks aborda a necessidade dos educadores em promover uma educação que englobe uma "consciência de raça, gênero e classe social" (hooks, 2017, p. 55). Ela enfatiza que a

¹ A autora pede para que seu nome seja deixado em letras minúsculas

educação tem o poder de ser transformadora e democrática, e todos têm um papel importante a desempenhar nesse processo. Embora essa prática possa desafiar a sensação de segurança que os professores muitas vezes têm em sala de aula, é essencial estar disposto e compreender a necessidade de engajamento e mudança para promover uma educação mais inclusiva e igualitária.

Ao refletir sobre esses aspectos, o capítulo I do Relatório Anual do ObMigra de 2022, escrito por Oliveira e Tonhati (2022), apresenta dados relevantes e uma nova perspectiva sobre o processo migratório atual e seus impactos. O texto destaca a feminização desse processo, evidenciando um número significativo de mulheres, jovens e crianças migrando para o país. Além disso, é ressaltada a associação entre mães/responsáveis migrantes e suas crianças, que contribui para o estabelecimento desse perfil migratório. A nacionalidade que apresenta o maior volume migratório de crianças e adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos é a população venezuelana, cuja migração para o Brasil se intensificou desde 2018.

Dentre os dados importantes apresentados ao longo da pesquisa, está o crescimento de crianças matriculadas no Ensino Fundamental, período que vai do primeiro ao nono ano, com crianças em faixa etária adequada iniciando com 6 e finalizando aos 14 anos de idade. Sobre esse crescimento de matrículas apresentados no trabalho, utilizando dados do INEP, foi observado um crescimento exponencial das crianças migrantes se matriculando no ensino fundamental, destacando que dentre o período considerado (2011 a 2020) os meninos sempre tiveram um número maior de ingresso, chegando na faixa de 30.000 a 40.000 no último ano considerado² enquanto as meninas se mantiveram na faixa de 20.000 a 30.000 no mesmo ano, relação de gênero esta que, segundo Oliveira e Tonhati (2022) se inverte ao considerar a fase seguinte, o ensino médio.

Outra informação que o texto apresenta e corrobora com o quantitativo de produções acadêmicas sobre Educação e Migração, para além da relevância de estudos sobre o tema, é o número de matrículas de crianças migrantes no Ensino Fundamental por Unidade da Federação no ano de 2020. Em maior concentração no estado de São Paulo, com mais de 16.000 matrículas, seguido por Roraima com uma variação de 9.000 a 16.000. Estas regiões podem ter este volume justificado

² Considerando o período pandêmico do ano de 2020 e a situação de ensino a qual todas as crianças vivenciaram, especialmente o alunato migrante.

por serem estados que respectivamente representam a maior metrópole do país e o estado fronteiriço com a Venezuela, população que vêm migrando em um dos maiores quantitativos para o Brasil e adentrando ao ensino básico.

Outros estados da federação com maior número de estudantes em situação de migração pertencem a regiões fronteiriças ou metropolitanas como o Amazonas, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com um quantitativo de matrículas entre 3.500 a 9.000 matrículas. Os estados do centro oeste, que apresentaram uma média de 500 a 3.500 matrículas contém outras características, pois não são todos fronteiriços, mas o seu volume expressivo e crescente de matrículas pode estar relacionado à política de interiorização iniciada pela parceria entre a ACNUR e o Governo Federal em 2018, dois anos antes do período considerado no trabalho.

É interessante trazer para este trabalho que foi observado nos resultados da pesquisa de Oliveira e Tonhati (2022) como o Mato Grosso do Sul, região fronteiriça com outras nações, e o Distrito Federal, que abriga a capital do país estão entre as menores médias de número de matrículas da região centro oeste e do país, com um número entre 500 a 1.500 matrículas no total. Colocando em questão hipóteses sobre como têm sido o ensino para estas crianças nestes estados.

Cardoso (2022) apresenta um panorama mais detalhado sobre o número de matrículas de crianças migrantes (ou estudantes estrangeiros, nomenclatura utilizada no texto original) na rede pública do Distrito Federal, considerando o ano de 2020 com pesquisa desenvolvida através de dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), no qual a maior concentração deste alunato (200 matrículas) é na Coordenação da Regional de Ensino³ de Taguatinga, cerca de 25 KM do Plano Piloto, região esta onde se concentra o segundo maior número de matrículas (181) e que também abriga o centro do poder federal, Brasília.

Estas considerações sobre o quantitativo do número de matrículas de crianças migrantes no Brasil e no Distrito Federal fornecem dados fundamentais para esta pesquisa pois, a partir deles se torna possível ter um cenário estimado acerca do ingresso destas crianças nas escolas do país e do foco deste estudo, o

³ Coordenação Regional de Ensino considera tanto a Região Administrativa em questão quanto outras RAs e zonas rurais, a exemplo da CRE do Plano Piloto que considera RAs como Cruzeiro, Lago Sul, Lago Norte e Varjão, que abriga um considerável quantitativo da população migrante, como considerou Cardoso (2022).

Distrito Federal. É preciso refletir, algo que foi constante durante a pesquisa e escrita deste trabalho que é preciso olhar especialmente para a situação educação pública pois tendo como base a necessidade de migração da população venezuelana no país, caracterizada por crises socioeconômica a maior parte destas crianças ingressou no ensino público, deste modo é a partir disto compreender como é a realidade escolar, as vivências e o cotidiano destas crianças após estarem naquele espaço.

2.1. Educação e Migração em Contextos Escolares no Brasil

Partindo da análise feita durante o levantamento bibliográfico encontrei trabalhos como os de: Alexandre (2017); Rodrigues (2016); Rodrigues et. al. (2014); Santos(2014); Tonhati (2022) e Vêras(2019). Fora visto que a maior parte deles se desenvolve com o olhar nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e aquelas regiões fronteiriças com outros países, visto que estas regiões fronteiriças são geralmente o primeiro contato que estas populações têm com o Brasil, principalmente em relação aos países da América do Sul (em que esta entrada ocorre, muitas vezes, por vias terrestres) apresentarei a seguir alguns dos textos e sua relevância no tema estudado.

Os autores focaram o seu olhar para as crianças da educação básica, com variações para a Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, entre os pontos importantes está a vivência destas crianças, como a questão da Língua Portuguesa influencia tanto na rotina escolar quanto nas questões da socialização e aspectos mais individuais como a nacionalidade das crianças observadas em cada trabalho, sua etnia e raça enquanto fatores que influenciaram como eram tratadas e vistas diante da comunidade local e escolar.

Alguns dos autores como Freitas e Silva (2015) focaram na relação entre professores e alunos, com análises focadas nas relações da chamada “condição de estrangeiro”, questões como o estigma e a solidão dos docentes como conclusão do texto. O mesmo aconteceu com Alexandre (2017) que logo chama atenção por parte do título do trabalho “Aquela preta não é minha amiga! (...)” e teve como campo de pesquisa a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, presenciando diversas tensões com as crianças haitianas migrantes, casos de intolerância e racismo no

cotidiano escolar, o autor traz isto nas considerações finais e, apesar da dinâmica ter sido mais acolhedora para estas crianças o EF I, primeiros anos da educação básica, também conhecido como anos iniciais que vai do primeiro ao quinto ano, período em que as crianças desenvolvem a alfabetização, operações matemáticas básicas, princípios científicos, históricos e geográficos, entretanto as escolas pouco trabalharam a linha de acolhimento institucional, especialmente em relação à comunicação.

Entre outras experiências, a exemplo de Araújo e Contreras (2017), os autores buscaram investigar a questão da adaptação social e curricular para crianças haitianas em Curitiba, que possibilitou que os autores percebessem a complexidade do tema com o entendimento final de que esta adaptação social está estreitamente ligada com a adaptação curricular. Schmidt, Piccini e Volkmer (2016) também atravessaram a questão do acesso à educação, em uma investigação com estudo de caso em uma escola na cidade de Arroio do Meio – RS, focando nas legislações nacionais e internacionais para imigrantes e refugiados, destacaram que há falta de políticas públicas nacionais, estaduais e municipais que reforçassem a importância de olhar para estas populações, enquanto o contraponto de ações individuais da comunidade foram mais evidentes e efetivos na falta de ação do Estado.

Assumpção e Aguiar (2019) trabalharam a realidade escolar dos (as) migrantes bolivianos (as) nas escolas do Rio de Janeiro, focando na relação das famílias e as tendo como cerne de sua pesquisa, apresentaram suas vivências e necessidades, a demanda de desenvolvimento de políticas públicas e projetos político pedagógicos. Entre as considerações que o texto apresentou, estão a língua portuguesa, os aspectos da xenofobia e do racismo sofridos pelas crianças, por fim, ainda apresentaram o crescimento da migração venezuelana que estava ocorrendo no momento da pesquisa.

Desenvolvida entre 2012 e 2014 a pesquisa de Silva e Freitas (2015) apresentam a experiência das crianças bolivianas na educação infantil, seu foco está na relação entre alunos e professores, utilizando Erving Goffman como seu referencial teórico mais acentuado, com a compreensão de que um fato social expressivo se configura nos quadros da experiência social toda vez que uma pessoa organiza seu “eu” porque está dentro de interações face a face trazendo a

importância do contexto para compreensão das relações sociais existentes naquele contexto. Realçam uma importante percepção, diagnosticada na pesquisa, de que ser “estrangeiro” está muito mais relacionado a uma condição que o outro te impõe a partir de aspectos como fala, olhar, referencial geográfico e principalmente a partir de sua noção de nacionalidade.

Esta última é percebida mesmo em crianças nascidas no Brasil e de pais bolivianos que sofrem violências como o estabelecimento de estigmas que foram se definindo no processo de adaptação. Assim, um aspecto marcante do texto o qual deve ser considerado neste trabalho é a visão sobre aquele que chega ser o único a se adaptar, ou seja, os chamados “estabelecidos” e os “outsiders”. A pergunta relevante para essa pesquisa é: e os “estabelecidos” devem se adaptar como? Ou seja, como o sistema escolar deve se adaptar aos “outsiders”?

Outra face que este trabalho apresentou foi a dificuldade dos responsáveis em se cadastrar na escola apesar do suporte das leis, o idioma ainda como barreira na educação e a posição dos professores em relação a esta temática, o problema da apropriação da língua, a rejeição como mais marcante que o afeto recebido por esses alunos por parte de colegas e professores.

Por fim, é apresentado pelos autores acima mencionados táticas que as crianças migrantes realizam em busca de superar uma relação de inferioridade em que são colocadas no contexto escolar. De acordo com os autores, muitas das crianças, que são nascidas e tem pais de nacionalidade boliviana, se dizem brasileiras na intenção de se enturmar, pois acreditam assim que serão melhor aceitas e sofreram menos xenofobia e não serão chamados de forma pejorativa.

No texto de Araújo e Contreras (2017) que também se volta para a adaptação social e curricular da criança migrante, mas nesse caso haitiana nos colégios públicos de Curitiba e as dificuldades enfrentadas para haver a adaptação social e curricular dessas crianças, tem seu foco na equipe pedagógica e nos alunos para verificar se de fato há essa adaptação no dia a dia escolar.

Com base em leis federais, estaduais e municipais para se embasar, seu foco esteve na utilização do teórico Giddens (2008) acerca da socialização das crianças. Os autores trabalharam o conceito de Giddens (2008), para explicar acerca do processo de socialização, aplicado às crianças haitianas onde ele considera que há uma socialização primária e outra secundária na idade escolar. Sobre a

adaptação curricular, a Secretaria Municipal de Educação (SME) fala que a escola deve se atentar para as questões que sejam conflitantes com a cultura do migrante para tomar atitudes que auxiliem o aluno a desenvolver estratégias cognitivas com o apoio da família. Em entrevistas realizadas com crianças migrantes entre 6 e 12 anos, apresentaram não ter dificuldades com os conteúdos escolares incluindo a língua, ainda evidenciaram as atitudes da comunidade que ajudaram no aprendizado e facilitaram o processo. Isso foi percebido com as entrevistas para a equipe pedagógica que contou com perguntas como gostar de receber os alunos e suas atitudes que ajudam na socialização destas crianças no meio escolar.

Neste trabalho foi evidenciado que os maiores obstáculos para inclusão estão no despreparo estrutural da instituição, como falta de mobilização e conscientização para que os docentes participem de cursos de formação continuada. A SME relatou que apesar de ter equipe pedagógica que auxilia nesse processo é preciso que as escolas compareçam às formações e estejam mobilizadas. São vistas, deste modo, como problemáticas estruturais e individuais, mas que requerem que todas as partes se mobilizem para que possa de fato existir este acolhimento.

Nos textos anteriores foi possível perceber as experiências positivas ou negativas de docentes e discentes no ensino e de encontro com estes o trabalho “Paradoxos na Educação: Inserção e Alteridade de Imigrantes nas Relações Escolares” (2019) Véras apresentou as diversas motivações que podem fazer os sujeitos virem a migrar. Desde motivos pessoais a fluxos de massas como a instabilidade de mercado, perseguições e pressões políticas. O texto trabalha a partir de testemunhos de professores da rede de ensino (municipal e estadual) do estado de São Paulo, que levaram os desafios vivenciados pela inserção de crianças oriundas de algum fluxo migratório e as quais se inseriram ali.

Pontua também a influência de Bourdieu e Passeron (1987, 2007) os quais trabalharam no século XX sobre a inserção destes no processo de ensino e os desdobramentos desta realidade. Como o local onde ocorreu o estudo foi a cidade de São Paulo, uma das cidades que recebe grande volume migratório é importante salientar sobre a composição desses diversos atores sociais na composição da escolarização brasileira e em como a experiência migrante se repercute em sala, levando-se em conta a diversidade de línguas, valores simbólicos (entre país de

origem e país receptor) assim como as questões culturais, e demonstrando que nem sempre o Estado acolhe essa diversidade e a trabalhar, muito por falta de um preparo e instrução dos docentes em lidar e incluir tais diversidades.

O texto é essencial ao também discutir a importante noção sobre o território, que tem consigo as noções de espaço, pertencimento e toda a sua identidade cultural que pode não fundar-se apenas naquele espaço geográfico de origem em questão, mas também nas possíveis comunidades de conterrâneos que se forma naqueles espaços para tomar em si a permanência da identidade cultural, fato que é muito visto nas mais diversas comunidades migrantes, a exemplo de bairros que levam a “fama” de pertencerem a determinado país.

Fator este que como trata Vêras (2019), pode levar a um estigma do bairro e a rejeição das pessoas que o habitam, os “naturais” da cidade e a desconsideração em relação aos migrantes que ocuparam seu território, influenciando assim a vivência em espaços públicos, tal como a escola.

Assim sendo, a cidade em questão caracterizada por essa desigualdade territorial, pode influenciar diversas questões como o acesso à saúde oferecida pelo estado e as escolas, consideradas de inferior qualidade e incapazes de lidar com aqueles alunos migrantes, que em sua maioria vêm da Bolívia, segundo o texto, estes, sem o capital cultural necessário e entendendo pouco da dinâmica escolar, pouco reivindicam dentro do ensino.

A autora ainda buscou colocar o duplo olhar de inclusão/exclusão escolar, a depender do olhar e desempenho destes alunos no sistema de ensino, sendo seu desempenho sempre ligado à condição migrante, sem levar em questão as práticas pedagógicas desenvolvidas que podem ser entendidas como uma violência simbólica ao não considerarem a cultura das crianças, tentando somente encaixá-las no sistema que também não se prepara para esse ensino.

Ainda perpassando o contexto de São Paulo o texto de Rodrigues (2016) tem como intuito trabalhar as questões territoriais em relação à recente imigração para o país, é vista a relação entre escola e território, se de fato existe e como funciona esta relação, considerando a escola como parte do território, vista do panorama do dilema vivido por migrantes em relação às suas questões culturais e de identidade nestes lugares. A autora utiliza em sua abordagem conceitos como: imigrante, cultura, território, territorialidade e desterritorialização.

É salientado que partindo dos conceitos anteriormente apresentados a autora afirma a existência da relação entre o território e a escola e que esta interfere no cotidiano em sala de aula, visto que afeta não somente a relação entre discentes, mas também a relação docente-discente com a importância de vincular isto às temáticas sociais, econômicas e políticas de forma a se ter uma análise completa.

Schmidt, Piccini e Volkmer (2016) por meio de uma pesquisa investigativa buscaram saber como se deu a socialização e inserção das crianças haitianas no Vale do Taquari, mais precisamente na cidade de Arroio do Meio - RS, se orientam nas legislações que cercam os temas de educação e direitos humanos para alicerçar o debate teórico sobre os direitos de migrantes. O trabalho destacou que não há políticas públicas estatais ou municipais para o acolhimento de migrantes nas escolas, assim cada escola tem autonomia para proceder.

Como conclusão, o trabalho viu que o direito humano à educação estava sendo atendido, além disto, a pesquisa contou com um levantamento e entrevistas dos envolvidos no processo educacional. Por fim, foi observado que as ações individuais e da comunidade se mostraram mais presentes e efetivas que políticas do estado, que até o momento não vinham ocorrendo.

“Você precisa falar português com seu filho” foi parte do título do texto de Assumpção e Aguiar (2019) desenvolvido em escolas do Rio de Janeiro que dialoga sobre a relação entre alunos migrantes e professores, mas teve como recorte deste e as reflexões sobre a vivência migrante pela perspectiva das mães e suas crianças, de nacionalidade equatoriana, por haver uma relação bem estabelecida entre as pesquisadoras e as mães equatorianas. As autoras apresentaram como justificativa o foco nas crianças migrantes equatorianas por seu número expressivo no contexto migratório, refletindo sobre a necessidade de analisar essa população em suas particularidades, assim como suas fragilidades nesse contexto.

Entre as maiores vulnerabilidades existentes, estavam presentes a barreira linguística e as questões emocionais, muito da implicação do sentimento de pertencimento. O texto utilizou de Simmel (1983) para compreender o que é este dito estrangeiro, ou seja, aquele que não ficaria, mas acabou ficando (Assumpção e Aguiar, 2019). Mais adiante utilizam de Sayad (1998), grande teórico das migrações, para discutir a falta de políticas públicas e educacionais para as populações migrantes enquanto um projeto para que, estas pessoas que de modo geral estão

em situações de vulnerabilidade permaneçam nela, mantendo, assim, a visão de que o migrante deve pertencer a ocupações inferiores. O que na área da educação corrobora para um cenário que:

Os imigrantes sofrem pela falta de um planejamento pedagógico coerente com suas necessidades, e, apesar de poderem se matricular, o que encontram na maior parte das vezes, são escolas que não possuem professores com formação adequada para este atendimento. Pode-se afirmar que, segundo especialistas da área, temos uma legislação avançada, entretanto, não garante que, na prática, as crianças tenham seu direito garantido de forma inclusiva e não somente com a garantia de uma vaga na escola. (ASSUMPÇÃO E AGUIAR, 2019, p. 173-174)

Considerando este trecho, é necessário olhar sobre como o não cumprimento das normativas atrapalha e impede o desenvolvimento cognitivo e a socialização das crianças migrantes dentro do processo de inclusão que se busca no meio educacional, deste modo é visto que a escola, por vezes, insere as crianças no sistema de ensino, mas não chega a promover sua inclusão. Caso das famílias bolivianas e a grande cobrança pelo alcance à educação e o sucesso escolar que se desenvolveu no texto, mostrou o outro lado da relação: responsáveis e alunos. Por fim, se aponta para a necessidade de construir políticas públicas e um projeto político pedagógico da escola que apoie a estes alunos, assim como uma relação inclusa entre gestores/ escola, pais e comunidade escolar.

Outro trabalho que chamou a atenção por seu nome e em seguida por trazer a vivência das crianças no sistema de ensino, foi o “Aquela preta não é minha amiga!”: Interações e Socialização de crianças haitianas nas escolas de educação infantil em SINOP/ MT” de Alexandre (2017) com principal foco na inserção e socialização das crianças migrantes haitianas nas instituições educacionais na cidade de SINOP- MT, a autora buscou entender como acontece o processo de inserção e recebimento das crianças, utilizou-se da metodologia etnográfica com entrevistas e observações. Ocorrendo em 4 escolas entre abril de 2016 a fevereiro de 2017, foram sujeitos da pesquisa 8 crianças que levaram suas trajetórias e vivências neste contexto, a autora apresentou também que o aumento do populacional migrante no estado fez com que tanto secretaria do estado do Mato Grosso quanto a Secretaria de Educação de Cuiabá divulgassem proposições de Políticas Públicas voltadas a estas populações, entre elas uma curricular que se

voltasse às suas necessidades, a exemplo de uma carga horária maior no ensino de língua portuguesa, matéria de maior dificuldade de modo geral para as crianças haitianas que se comunicam mais no francês e no crioulo.

Há destaque para, dentro da rotina escolar, a dificuldade em identificar dentro de sala aqueles alunos que são migrantes, sendo relativamente comum a não identificação. A cidade foi escolhida como campo de pesquisa por ser ter um quantitativo alto na recepção de migrantes, a autora também relatou que isto tem relação com ela ser um centro que possui trabalho para os pais e oportunidades para as crianças por sua infraestrutura e educação. Um ponto importante a ser tratado na migração haitiana é a questão racial que atravessa também sua situação socioeconômica, assim como acontece com a população do país, se associa muitas vezes à sua cor.

Deste modo, Alexandre (2017) reitera que os aspectos acerca da dificuldade em que os alunos entendam o português é uma via dupla, pois há também a dificuldade por parte dos professores para compreender sua língua materna, o crioulo, que apesar de ser uma das línguas oficiais do Haiti e a mais popularmente mais falada, ela ainda apresenta desafios para o entendimento de não falantes. Entretanto, este problema infelizmente não se restringe somente a relação aluno-escola, mas também impede a comunicação entre os pais e a participação na vida escolar dos filhos, deixando de receber recados e orientações sobre seu cotidiano escolar.

Por fim, apoiando o que apresentei acerca da temática “migração e educação” no contexto nacional Rocha, Pires e Mendes (2022) em seu trabalho “ Migração e Infância: o que dizem as produções científicas da área da educação?” no qual expuseram os caminhos das migrações. Para as autoras, enquanto movimentos que sempre ocorreram durante a história, se atentando para como o processo educacional das crianças migrantes ou refugiadas pode se desenvolver nestes contextos visto que, “por vezes carregam profundos temores que poderão influenciar no rendimento escolar, dificultando o processo de inclusão e desenvolvimento social nesse novo local de residência” (ROCHA, PIRES, MENDES, 2022, p. 38).

Considerando o contexto de vulnerabilidade social e econômica que a maioria destas crianças em itinerância vivem, como nomearam as autoras, revelam

a necessidade de se olhar e considerar a relevância do tema na área de estudos acadêmicos. Dentro da análise feita pelas pesquisadoras que consideraram quatro artigos, uma dissertação e uma tese entre os anos de 2017 e 2021, foram identificadas temáticas como acesso; direito à educação; abordagem documental e bibliográfica; formação docente e formação continuada.

Posto isto, as autoras expuseram como parte do desfecho de sua análise que a maior parte dos trabalhos têm como protagonista o docente e sua perspectiva, mas salientaram a necessidade considerar a complexidade dos sujeitos “sejam elas geográficas, econômicas, sociais, étnicas, entre outros marcadores da diferença.” (ROCHA, PIRES, MENDES, 2022, p. 43) e que esta consideração deve ser levada para o espaço escolar dentro da análise, como perceberam dentro das produções acerca do tema.

2.2. Experiência escolar de migrantes no Distrito Federal

Os textos expostos a seguir focam a experiência escolar de migrantes no Distrito Federal, enquanto tema deste trabalho, se faz de extrema importância compreender a produção sobre o tema que tem sido feita na região. Os textos foram principalmente retirados do repositório da Universidade de Brasília, mesmo buscando por meio de plataformas de busca como o Google Scholar e Scielo, houve a percepção de que todas as autorias das produções selecionadas pertenciam a pelo menos um dos pesquisadores vinculados à universidade.⁴ Entre os textos estão o de Andrade e Santos (2010); Lima (2019) e Cardoso (2022).

Iniciando com a exposição do trabalho de Andrade e Santos, de 2010,⁵ ano que o movimento migratório no Brasil começaria a apresentar novas características e crescimento com a vinda de populações haitianas, as autoras trabalharam a experiência das crianças migrantes no DF, se relacionando principalmente à matrícula das crianças na Secretaria de Educação, seu trabalho visitou as

⁴ Isto não quer dizer, com certeza, que não exista produção sobre o tema sendo feita fora da Universidade de Brasília na região.

⁵ Dado que esse texto foi escrito em 2010, algumas atitudes em relação ao despreparo para recepção do alunato migrante foram tomadas, mas este trabalho se torna de necessária consideração ao ser um dos percussores na discussão sobre educação e migração voltado ao Distrito Federal.

legislações que amparavam e regulavam o acesso e a integração dessas crianças no âmbito do ensino por meio de políticas públicas.

Entre um dos nortes da pesquisa está a discussão sobre idade e série das crianças ao ingressar o ensino público, para elas, os alunos quando inseridos no ensino, devem estar em uma série que condiz com a mesma faixa etária; de mesmo modo perceberam que muitas crianças não se nivelaram à idade e série condizentes e que ainda o nível de proficiência em Língua Portuguesa é baixo para que as crianças consigam acompanhar. Por outro lado, a escola se vê frente a um problema: ter a responsabilidade de acolher e preparar sobre a diversidade linguística, a relação entre a práxis do professor com os alunos, que afirmam não ter recebido instruções para lidarem com alunos estrangeiros (termo usado no texto).

Deste modo, as considerações das autoras sobre a pesquisa vão pelo caminho da importância crucial da língua portuguesa para que os alunos se integrem nas escolas, mas que em contrapartida há um despreparo das escolas para lidar com essa situação, na lista de Cursos de Formação Continuada para professores do Ministério da Educação não havia nenhum curso ligado diretamente à essa demanda crescente.

Com um trabalho mais recente, Lima (2019) trouxe discussões sobre a implementação de políticas públicas para refugiados a partir da compreensão e uso da Língua Portuguesa como língua de acolhimento no DF. A autora trabalhou as leis envolvidas no processo de migração, como a Constituição Federal e como centro de seu trabalho esteve o conceito de língua de acolhimento enquanto possibilitadora do desenvolvimento de habilidades comunicativas dentro do contexto de migração e refúgio, facilitadora de interações e a percepção da sociedade de acolhida (LIMA, 2019), apesar de pensar a língua de acolhimento como trabalhadora de aspectos subjetivos e individuais, esta se dá no campo coletivo e material. A partir desta reflexão a autora apresentou narrativas comuns que também são reforçadas neste Trabalho de Conclusão de Curso durante os períodos de observação e entrevistas, entre elas:

- a) o papel do professor como mediador/ amenizador/ facilitador no processo de ensino/ aprendizagem; b) a insuficiência de cursos para formação adequada do profissional de Letras para o ensino da língua portuguesa para estrangeiros; c) a necessidade de se produzir materiais didáticos para atender às especificidades do contexto em que é ensinado Português como língua de acolhimento; d) a falta de clareza quanto aos aspectos de coordenação entre o Estado e

organizações não-governamentais ou atores não-estatais que atuam na implementação de políticas para a melhoria das condições dos migrantes internacionais nos locais de acolhida; e) a existência de dificuldade para a manutenção dos projetos (de iniciativa pública ou não) que atuam na integração, assistência e proteção dos migrantes ou refugiados (equipamentos públicos para atendimento, faltam recursos financeiros faltam profissionais qualificados em diversas áreas).(LIMA, 2019, p. 57-58)

Tomando estas questões como problemáticas a autora, que mapeou projetos no Distrito Federal que trabalham a língua portuguesa neste sentido de acolhida tem como principais conclusões a necessidade de formação docente apoiada por políticas públicas estatais e continuidade de projetos que visem a este fim, também com a assistência ou mesmo partindo do próprio Estado.

Cardoso (2022) trabalhou em sua tese de mestrado acerca da análise da escolarização e inclusão de crianças venezuelanas migrantes na escola pública do DF, neste trabalho a autora perpassou desde a questão legislativa com foco para a escolarização e inclusão. Seu texto abordou as questões da legalidade do direito à educação assim como a análise de proposta pedagógica para o público migrante.

Como o foco de seu trabalho foi no Centro de Ensino Fundamental do Varjão, região administrativa do Distrito Federal próxima ao centro do poder, mas que guarda ainda diversas desigualdades, como a autora apresentou,

os estudantes são, na maioria, da classe empobrecida, por isso a escola, para muitos, é o único espaço em que se alimentam, expandem o processo das relações sociais e se aproximam das experiências culturais” (CARDOSO, 2022, p. 71)

Além disso, trouxe a escolarização e a questão da interculturalidade enquanto perspectiva de análise. Durante a pandemia, a escola promoveu assistência às famílias migrantes e rodas de conversa, neste momento se ressaltou essa necessidade de interculturalidade, que busca uma escola que dê oportunidades e reconheça as diferenças culturais enquanto enriquecedoras, trabalhando de forma pedagógica no processo de ensino e aprendizagem. Isto vai além do não apagamento das vivências das crianças migrantes, pois além de se reconhecer a multiplicidade cultural, deve trabalhá-la para incluir em seu Projeto Político Pedagógico e no dia a dia escolar.

Deste modo, as principais conclusões deste trabalho incluíram aproximar a comunidade venezuelana à escola, fazer com que esta se perceba parte da comunidade local e escolar, trazer suas demandas para a escola e por meio disto, em conjunto com a legislação já vigente, trazer a percepção dessa população enquanto sujeitos que necessitam de políticas públicas e educacionais voltadas às suas necessidades.

Estes textos foram os principais selecionados para refletir sobre o tema deste trabalho a partir do contexto do Distrito Federal. O primeiro, do ano de 2010 é apresentado como a gênese de estudos que possibilitaram pensar sobre a educação e migração no DF, o segundo, do ano de 2019 vem como um processo mais próximo de como estão as políticas educacionais para migrantes e refugiados aqui, pois, apesar deste trabalho ter como foco a vivência destas crianças, é necessário o aporte e entendimento destas políticas que possibilitaram ou não sua inserção na educação brasileira.

Por fim, o terceiro e último texto de Cardoso é o mais recente, publicado no ano de 2022 que, incluindo a análise sobre as políticas educacionais, trouxe muito da vivência, da prática escolar, enquanto pesquisadora e docente. Preciso colocar aqui a importância dedicada a este texto nesta monografia como primordial não somente por pavimentar caminhos sobre este tema, como também trazer a percepção humana de trabalhar com o tema migração, que não somente é um “tema de pesquisa”, mas também uma forma de compromisso enquanto pesquisadora de dar visibilidade e percorrer caminhos para compreender e avançar em melhorias para as populações migrantes que estão aqui no DF. Estas considerações podem ser bem sintetizadas no trabalho de Rocha, Pires e Mendes:

[...] consideramos que tratar com ética as questões relacionadas à inclusão das crianças migrantes nas políticas educacionais e nas práticas pedagógicas requer um engajamento e um comprometimento por parte dos pesquisadores do campo. Um trabalho ético relacionado ao cotidiano das crianças migrantes requer um olhar sensível, com a indicação dos valores que sustentam e orientam a análise; requer também um rigor e honestidade com que os dados serão trabalhados. É preciso cada vez mais, tanto em artigos, quanto dissertações, teses e outras produções acadêmicas, assumirmos uma postura ética, com os sujeitos que daquele espaço fazem parte. (ROCHA, PIRES, MENDES, 2022, p. 55)

Portanto, este capítulo se encerra a partir de uma perspectiva de reflexão sobre as inúmeras e diversas formas de relações que foram sendo construídas no espaço escolar e que devem ser compreendidas como vivências. Essas reflexões vieram da análise e funcionamento de políticas educacionais em diversos âmbitos (nacional, estadual, municipal); da função da língua dentro das relações que se constroem durante a trajetória dessas crianças e suas famílias e os laços sociais que se constroem ou fragilizam nesta caminhada e é a partir destas ponderações que me encaminho para a metodologia deste trabalho.

Capítulo 3

Iniciando na pesquisa

Este trabalho marca o encerramento de um ciclo e o início de novas ideias, projetos e aprofundamento no tema de pesquisa. Iniciado em 2020, durante um momento marcante da pandemia de COVID-19, foi parte de um Projeto de Iniciação Científica orientado pela professora doutora Tania Mara Passareli Tonhati. A pesquisa teve como foco as políticas públicas educacionais para migrantes e refugiados no Distrito Federal, despertando o interesse e engajamento da autora na questão migratória por meio da pesquisa.

Durante o processo de pesquisa, também foi aprovada a Resolução 001/2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que dispensou a necessidade de apresentação de histórico escolar para a matrícula de crianças migrantes nas escolas do país. Essa informação revela a possibilidade de uma mudança significativa nas políticas educacionais, proporcionando a investigação de uma maior inclusão e acesso à educação para essa população e em que medida esta inclusão vem ocorrendo?

A pesquisa realizada abordou a importância das políticas públicas educacionais para migrantes (incluindo no termo migrante, as pessoas com o status de refugiados ou solicitante da condição de refúgio) no Distrito Federal, despertando interesse significativo e engajamento por parte da autora.

Apesar das dificuldades impostas pela pandemia, a pesquisa possibilitou contato com outras pesquisadoras que atuam dentro da Secretaria de Educação do Distrito Federal, as quais contribuíram para a realização do meu projeto de pesquisa. Por meio de entrevistas realizadas via plataforma TEAMS. Ademais, é importante dizer que eu fiz parte da equipe de pesquisadoras que colheu informações, e discutiu sobre a situação das crianças e jovens migrantes, que resultou na confecção de um Guia sobre Boas Práticas Educacionais, para pais e responsáveis em parceria com órgãos do Governo Federal e a ACNUR. Durante, essa pesquisa Foi possível conhecer mais a fundo a Resolução 001/2020 do Conselho Nacional de

Educação (CNE), a qual dispensou a necessidade de apresentação de histórico escolar para a matrícula de crianças migrantes nas escolas do país.

Uma das descobertas relevantes durante o período de pesquisa foi a constatação do bom funcionamento da resolução mencionada, em uma visita realizada, em uma escola selecionada. Essa oportunidade foi proporcionada pela colaboração de uma pesquisadora parceira, que também é professora na rede de ensino e foi entrevistada no contexto do estudo.

A escola em questão abriga cerca de 14 alunos vindos da Venezuela no Ensino Fundamental, tornando-se um cenário propício para a realização da pesquisa. Além disso, foi possível estabelecer contato com uma aluna de 12 anos, residente no Brasil desde 2019, que contribuiu de forma significativa com sua perspectiva única para o estudo.

Esses resultados consolidaram o interesse em prosseguir com a investigação sobre as políticas públicas educacionais para migrantes, culminando na participação de um novo edital de pesquisa, no período de 2021 a 2022, para explorar os impactos dessa resolução e seu funcionamento nas escolas.

Após essa breve contextualização sobre a trajetória e os passos percorridos até o momento, torna-se evidente que esta monografia busca ir além da continuidade dos estudos anteriores sobre políticas públicas, voltadas para o alunato migrante nas escolas do Distrito Federal. Seu objetivo principal é aprofundar a compreensão das práticas e vivências escolares daqueles que compartilham o ambiente educacional com essas crianças.

Para isso, o presente estudo adotou uma abordagem qualitativa, visando analisar mais profundamente a realidade da Região Administrativa do Plano Piloto, em uma escola que se destaca por contar com um corpo docente que já teve contato anterior na área da educação com crianças migrantes, trazendo a questão sobre a possibilidade de maior suporte para acolher e atender às necessidades específicas das crianças migrantes, como parte da investigação deste trabalho.

Com isso, explorei de forma mais aprofundada as dinâmicas e os impactos dessa interação entre alunos migrantes e o ambiente escolar, enriquecendo assim o conhecimento sobre o tema e contribuindo para o aprimoramento das práticas educacionais no contexto da migração.

3.1. A pesquisa

Como a ideia é partir do contexto escolar, foi buscado um contato com as escolas públicas da rede de ensino do DF, com as quais eu já tinha contato prévios, como o exemplo das professoras da rede pública, que também são pesquisadoras na Universidade de Brasília. Tal fato, me permitiu mapear se havia em suas escolas alunos e alunas migrantes e o quantitativo dentro do espaço escolar. Partindo deste contato, encontrei uma escola que pudesse me acolher como pesquisadora, na qual eu pudesse realizar a minha pesquisa sobre o contexto escolar, por meio de entrevistas com todos os envolvidos no processo escolar, destas crianças que foram realizadas com 3 docentes e a vice diretora da escola, ficando a perspectiva docente em evidência durante este trabalho. Quando digo que a ideia deste estudo é que se possa ter a análise completa do contexto escolar, quero que todos os atores sociais deste processo possam dar sua voz a partir de suas vivências e processos próprios no cotidiano escolar tanto com as crianças, de forma direta, quanto de forma indireta, momentos em que este cuidado pode ocorrer.

Entre os dilemas desta pesquisa estiveram o encontro dessa escola e dessa comunidade escolar, a aceitação dessa comunidade. Em um primeiro momento foi um pouco complicado acessar esses diversos atores, quero dizer a diretoria/ vice diretoria da escola. O contrário ocorreu quando fui falar com as professoras, falo no feminino por ter se tratado de uma Escola Classe (Anos Iniciais e Ensino Fundamental I) que tem o corpo docente composto em sua maioria por mulheres. Na primeira visita, que ocorreu no horário de coordenação pedagógica (horário que é de contraturno em que as aulas ocorrem, utilizado para planejamento) no qual pude conversar com duas das três professoras que acolhem crianças migrantes em suas salas e na ocasião todas as professoras presentes eram mulheres.

Foi possível colher a entrevista com duas das docentes naquele período que ocorreu de forma tranquila e fluída quase que como uma conversa, me baseando na estrutura prévia da entrevista semiestruturada que contou com 5 questões que foram as “comuns”, perguntadas para todos e todas as entrevistadas que consistiam em saber: 1) qual sua relação com a secretaria de educação do Distrito Federal; 2) há quanto tempo trabalham com as populações migrantes e refugiadas e como tem sido essa experiência; 3) as nacionalidades dessas crianças; 4) quais dificuldades

identifica no processo delas, incluindo desde a matrícula ao aprendizado); e 5) por fim como vê que a escola vem fazendo o processo de inclusão.

Como esse acesso inicial à escola foi possível por conhecer uma das docentes que também é pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB) e a qual conheci durante a confecção do Guia, quando fui presencialmente à escola contatar a vice-diretora e também pesquisadora da UnB a mesma me informou que, apesar da Carta de Apresentação com assinatura da orientadora, a continuidade e realização da pesquisa seria possível somente com a autorização do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE).

A vice-diretora me informou na ocasião que a autorização do EAPE demoraria cerca de 15 dias corridos e pesquisando nos portais SEEDF não estava ali disponibilizado todo o andamento do processo. Deste modo, entrei em contato via e-mail com a EAPE que foi prontamente respondido e após o envio dos documentos necessários levaram menos que o prazo estipulado para retornarem com a autorização.

Entretanto, neste mesmo período de contato com a vice-diretora e a saída da autorização pela escola, os professores das escolas públicas do DF entraram em um período de greves, paralisações e manifestações motivadas pela busca por melhores condições de trabalho e aumento do salário. Este período de greves e paralisações em que a escola estava em suspensão de todas as atividades impossibilitou que eu pudesse realizar a pesquisa, mas com a retomada dos docentes às escolas, apesar das demandas ainda não totalmente atendidas e entre o fim das greves e paralisações escolares pude retornar à observação do espaço escolar, suas dependências e a vivência das crianças na rotina escolar.

Com a retomada das aulas após o período da greve as docentes tiveram que recuperar e repor os dias de aula e conteúdo, o que me levou a suspender a ideia de uma atividade com as crianças sobre elas e sua vivência. Portanto, para ter essa percepção sobre a rotina escolar e vivência das crianças migrantes foquei mais na metodologia da observação participante indo à escola durante dias diferentes da semana e turmas diferentes para observar.

Com observação participante estive na escola durante ocasiões e em todas essas ocasiões a observação em sala foi feita nas turmas de primeiro ano do ensino fundamental, por orientação da vice-diretora da escola que estava me auxiliando.

Ambas as professoras com quem trabalhei me acolheram de forma muito positiva e pude realizar o processo de observação do cotidiano e na vivência dessas crianças, os relatos observados e as entrevistas realizadas estão colocados de melhor forma na parte dos resultados deste capítulo.

Como as observações das entrevistas foram feitas e realizadas em dias diferentes, quando fui realizar a primeira observação e fui apresentada às docentes novamente pela vice-diretora, me foi informado que uma das docentes que eu havia entrevistado saiu da escola que teve como motivação de sua saída a chamada para assumir uma vaga no concurso público da SEEDF que aconteceu no ano anterior.

Então no segundo momento de observação com a turma desta professora considerei dentro da observação perceber o que a outra docente havia me dito durante nossa entrevista e captar as outras interações com a nova docente que assumiu a turma. Esta nova docente que assumiu a turma passou pelo período de greve essa e compreendi enquanto uma necessidade saber o seu ponto de vista acerca da realidade escolar, assim, durante o período de observação dentro do horário de intervalo das crianças realizei a entrevista com a qual pude observar e compreender sua percepção e realidade dentro do contexto de atendimento de crianças migrantes.

No mesmo dia de observação também pude entrevistar a vice-diretora da escola, que é também pesquisadora e colaborou para que a pesquisa ocorresse na escola. A entrevista foi realizada em sua sala na tentativa de compreender qual seu papel enquanto gestora na vivência escolar destas crianças com a contribuição de sua trajetória que também perpassa os estudos migratórios.

Tendo o objetivo de compreender como os diversos atores sociais parte deste universo que é a escola e quais suas percepções sobre a recepção de estudantes migrantes entre o corpo discente escolar, o principal método escolhido para poder desenvolver a pesquisa foi de base qualitativa pautada na técnica de entrevista semiestruturada tendo como base os trabalhos anteriores desenvolvidos ao longo do PIBIC e o referencial teórico que a melhor forma de compreender o contexto no qual se norteia a questão desta pesquisa.

No mais, o questionário se afunilou com questões diversas voltadas para cada público focal, entre perguntas sobre rotina escolar, suas percepções sobre inclusão e acolhimento, relação com a Secretaria de Educação (se docente, gestor),

a dinâmica em sala de aula ou na escola, quantidade de alunos migrantes que recebe em sala ou na escola e ações conjuntas com SEEDF para inserção e permanência das crianças na escola.

3.2. *A escola em observação: Escola Classe 113 Norte e observações do cotidiano escolar*

Com o aporte do trabalho de Cardoso (2022) que considera que conhecer a escola requer o conhecimento da Proposta pedagógica, pesquisei sobre o Projeto Político Pedagógico da escola em que o estudo foi realizado para compreender o que esta escola diz, qual o seu projeto e percepções para assimilar melhor a realidade do contexto escolar no qual as crianças estão inseridas

O PPP analisado é referente ao ano de 2022 que se encontra disponível na página online da Secretaria de Educação do Distrito Federal na Regional de Ensino do Plano Piloto e traz em seu PPP os principais aspectos acerca do ambiente físico e pedagógico da escola.

Ao longo do texto, são apresentados dados importantes e interessantes sobre o cotidiano e a vivência escolar, inicio aqui trazendo a história da escola. Inaugurada no ano de 1978 para atender às demandas da região, a escola que se localiza na RA do Plano Piloto na região da Asa Norte, passou por diversos percalços ao longo de sua jornada para permanecer em funcionamento, localizada em uma quadra destinada à moradia de militares a escola também contou com a colaboração da comunidade que mora nas redondezas para pequenos reparos e doações como grama para o jardim.

Atualmente a escola atende o segmento do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, período em que as crianças estão no processo de aprendizado e consolidação de conhecimentos como a alfabetização e o letramento matemático nos respectivos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática entre outras atividades lúdicas pois este processo também preza pelo brincar e ser criança. Como o PPP lido é do ano de 2022, ele apresenta dados sobre o processo de ensino aprendizagem durante o período da pandemia e como estão trabalhando a recomposição das aprendizagens feitas durante o período das aulas e outras atividades.

Esta visão sobre a escola é também percebida na sessão sobre a “Função Social da Escola”

Vai além da simples transmissão dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade. De acordo com os normativos educacionais e os pressupostos teóricos da Secretaria de Educação do Distrito Federal, o estudante deve construir aprendizagens significativas, tendo o professor como orientador e mediador do processo educativo. Caberá à nossa instituição de ensino organizar o trabalho pedagógico amparado por intencionalidades educativas que perpassem os diversos contextos e especificidades apresentados pelos educandos e pela comunidade, observando o diagnóstico da realidade escolar. (Projeto Político Pedagógico, p. 29)

A qual dialoga com os fundamentos teóricos-metodológicos da Instituição, que apesar de não trazer nenhum conteúdo dentro do texto sobre o alunato migrante (possivelmente por não estarem na escola durante o processo de desenvolvimento deste trabalho), com a apresentação das perspectivas teóricas da Teoria Histórico - Crítica de Dermeval Saviani e a Psicologia Histórico Cultural de Vygotsky em busca de uma educação multicultural para a diversidade com o uso de metodologias ativas que têm o e a educanda como sujeitos ativos do processo de conhecimento percebo que há a preocupação em discutir sobre a diversidade e seus aspectos na escola por meio do processo de ensino-aprendizagem.

Na sessão sobre o “Diagnóstico da Realidade da Unidade Escolar” o PPP apresenta a percepção dos e das alunas e dos/as responsáveis acerca da escola como um todo por meio de um questionário aplicado e enviado de forma online via grupos de WhatsApp. A pesquisa contou com a participação de cerca de 80% dos responsáveis e 59, 47% dos e das estudantes, dentre os dados apresentados com a pergunta sobre onde moram os e as estudantes, a pesquisa resultou que 48,7% dos discentes moram em outras RAs enquanto os outros 51,3% estiveram divididos entre moradores da quadra (26,7%), moradores de outras quadras do Plano Piloto (23,8%) e de outro estado (0,8%).

Este é um dado interessante a ser refletido durante o período de observação e pesquisa no espaço escolar, pois ao considerar a criação da própria escola enquanto uma necessidade da comunidade local, atualmente esta apresentou um outro retrato do corpo discente que atende. Deste modo, ficou aqui a indagação sobre qual a realidade dos e das responsáveis e suas crianças e por quê estas vêm de outras RAs para estudar naquela escola.

Com a análise do PPP feita e o período de observação escolar iniciado, fui para a escola compreendendo o que aquele contexto me apresentava e o que eu poderia compreender estando na escola. Nesta perspectiva de análise por meio da observação participante o trabalho “Narrativas educativas, lugares e migrações: reflexões a partir do documentário “Humano – uma viagem pela vida”” de autoria de Araújo, Almeida e Darsie (2022) me forneceram pontos de vista os quais considerei durante minha observação.

O texto, que trabalhou aspectos relacionados ao deslocamento, os sentimentos de pertencimento e não pertencimento dentro deste lugar espacial e a importância do “lugar” na vida destas crianças oportunizaram identificar quais suas singularidades dentro da análise do todo. Ao todo, nas salas que observei a vida de 3 crianças que atualmente vivem em um abrigo e participam de atividades extracurriculares em uma Organização sem fins lucrativos e que ocupando estes lugares físicos, ocuparam também o cotidiano da escola, modificaram a rotina e forma de ver de cada um.

Compreendo que um dos dilemas desta pesquisa está em ao mesmo ter como referência as autoras com que trabalhei no campo desta pesquisa, referências bibliográficas e textuais e referências de ser humano, como fazer a pesquisa e trabalhar este tema de forma a não compreender a população estudada somente como um objeto de pesquisa, mas partir da consideração das suas vivências e individualidades.

Todo o referencial bibliográfico foi de extrema valia para saber até onde ir e quais os melhores caminhos tomar durante o processo de pesquisa, houve momentos em que é trabalhoso perceber quais ideias podem ter surgido de minha mente e quais são reflexo desses anos de pesquisa do tema, mas creio como certo que quais foram estes, procurei trazer todos para as linhas deste texto que é a síntese de como essa monografia está sendo produzida.

Nos resultados busquei sintetizar e apresentar aquilo que já foi dito outras vezes, como a importância do papel do Estado, das legislações e da realização de políticas públicas em todos os níveis para o acolhimento, inserção e inclusão dos migrantes na vida no Brasil, percebendo que este é ainda um desafio que deve ser considerado.

Enquanto a parte referente ao período de observação e as entrevistas procurei retratar da melhor forma e mais transparente como é a realidade escolar na educação básica no Distrito Federal. Este é um tema complexo a ser trabalhado, a entrada nas escolas, a pesquisa escolar, os trâmites como autorizações são processos laboriosos a serem estudados, mas que apesar de sua complexidade não devem deixar de ter visibilidade. E foi buscando essa visibilidade que relatei, como me foi apresentada a escola, a vivência dessas crianças, a vivência das professoras e os desafios que são vividos cotidianamente.

Por fim, nas entrevistas que foram semiestruturadas e apesar de seguir essa estrutura tentei compreender e esmiuçar ali o que tanto as docentes quanto a vice-diretora, considerada enquanto a parte gestora da escola, como tem sido essa vivência. Era parte do desenho dessa monografia trabalhar diretamente com essas crianças por meio de atividades e intervenções mais diretas, entretanto tanto pelo período de observação quanto os outros desafios do caminho da pesquisa não foi possível realizar, mas dentro das possibilidades, a análise da vivência das crianças foi percebida a partir de todo o conjunto entre período de observação das escolas, entrevistas, revisão bibliográfica que não deixam de apresentar a sua importância e contribuem para o tema.

No próximo capítulo, vou apresentar os resultados da pesquisa.

Capítulo 4

Perspectivas Legislativas e Docentes

4.1. As legislações educacionais e seu papel na institucionalização de políticas públicas

As legislações constituem parte importante deste trabalho, pois esclarecem as medidas e ações que o Estado brasileiro tem tomado para inserir e acolher estas populações no país. Será perpassada a Constituição Federal de 1988, o Estatuto do Estrangeiro e a nova Lei de Migração que são as legislações gerais que norteiam os primeiros passos no processo de migração para o país e em seguida irei aprofundar a discussão colocando as ferramentas legais da área da educação no Brasil para compreendermos o importante papel da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação e seu desdobramento no Plano Distrital de Educação que se enquadra às especificidades do contexto educacional do Distrito Federal e por fim a Resolução 001/ 2020 enquanto mais recente parâmetro legal relacionado à educação no país.

A Constituição Federal do ano de 1988 em seus 250 artigos que versam entre diversos temas de direitos, deveres e competências do Estado e da população brasileira, traz em seu artigo 22 sobre a competência da União em legislar sobre emigração e imigração no país. Sendo essa ferramenta legal a lei máxima do país, este é um importante ponto de partida para compreender o papel do Estado brasileiro na recepção e cuidado de migrantes e refugiados no Brasil, o qual dá o aporte necessário para que outras legislações e consequentes políticas públicas pudessem ser pensadas para esta população.

A respeito disso, cabe salientar que a Constituição de 1988 é resultado de um trabalho conjunto do Brasil em se reerguer enquanto um país democrático após cerca de 20 anos de um regime militar antidemocrático o qual cerceou não somente os direitos da população brasileira, mas também promoveu uma política austera de rejeição de migrantes no país. Reflexo desta forma de ver o migrante enquanto um “outro” que poderia ameaçar o poderio brasileiro foi a criação do Estatuto do

Estrangeiro do ano de 1980, dentro daquele período e que colocava rígidas políticas de migração.

A autora Claro (2020) em seu trabalho “Do Estatuto do Estrangeiro à Lei de Migração: Avanços e Expectativas” trouxe um panorama sobre o funcionamento deste estatuto e sua relação com a nova lei que entrou em vigência no ano de 2017. Um dado importante que a autora trata é sobre a terminologia “estrangeiro” em relação ao termo “migrante” que por mais próximos que possam estar, o primeiro trata de modo mais pejorativo e restrito aos direitos, tal qual foi o funcionamento desta lei, enquanto o segundo busca maior proximidade e acolhida.

Enquanto o Estatuto do Estrangeiro limita sua aplicação aos não nacionais brasileiros, sem indicar qualquer definição, a Lei de Migração se destina a pessoas em cinco situações diversas: i) imigrante, o não nacional; ii) emigrante, para brasileiros residentes no exterior; iii) residente fronteiro, para pessoas que residem em áreas de fronteira e realizam migração pendular ao território brasileiro para fins de estudo, trabalho, comércio e atos da vida civil, por exemplo; iv) visitante, para não nacionais com estada de curta duração; e v) pessoas apátridas

Com base no trecho acima é possível identificar que o Estatuto do Estrangeiro não tinha o intuito de permitir a entrada de não brasileiros no território nacional, assim como a restrição de direitos dos que ainda migravam diante desse cenário, houve também a prática por parte do estatuto que tinha intuito de cercear a migração de brasileiros para o exterior. Como um panorama sobre as mudanças que aconteceram com a legislação anterior e atual, é pertinente salientar que o Estatuto do Estrangeiro e a Lei de Migração são quase contrapontos entre si ao comparar as duas, visto que a segunda visa muito mais o acolhimento humano e digno desde a entrada ao acesso a direitos básicos para as populações migrantes quanto as possibilidades de estabelecimento em território brasileiro.

No que tange à educação brasileira, é possível pensar em ao menos 3 dispositivos legais principais que versam como o ensino deve ser no Brasil: O primeiro deles é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que percorreu um longo caminho para chegar no que é atualmente, como tudo aquilo que cerca a educação e a busca por um ensino de qualidade, considerando este país de dimensões continentais, leva tempo e encontra inúmeros desafios no

caminho, assim como sempre se fora para ter direitos dentro da educação, a nova e constantemente renovada LDB veio a ser promulgada no ano de 1996.

A atual LDB trata sobre os principais temas pertinentes à educação nacional: princípios e fins da educação; direitos e deveres; como deve ser a organização do ensino no país; os níveis educacionais: básico e superior; sobre o profissional da educação; educação especial; recursos financeiros entre outros que acabam por se desdobrar no segundo e terceiros dispositivos também importantes para a compreensão do ensino no Brasil e como este auxilia ou deixa de auxiliar as crianças migrantes que adentram o sistema educacional.

O segundo dispositivo que se desdobra da LDB é o Plano Nacional de Educação, com duração de dez anos que, segundo o portal do Ministério da Educação:

O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014 definiu 10 diretrizes que devem guiar a educação brasileira neste período e estabeleceu 20 metas a serem cumpridas na vigência. Essa mesma lei reitera o princípio de cooperação federativa da política educacional, já presente na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao estabelecer que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano” e que “caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PNE.

Por meio deste trecho, compreendemos que o Plano Nacional de Educação define metas e diretrizes que devem ser cumpridas por toda a federação, entendendo que, apesar das dimensões do país e se adequando às especificidades de cada unidade da federação, seja ela estado ou município, é necessário manter um alinhamento para se alcançar uma educação equitativa no país. Portanto, considerar que o PNE surge desta necessidade, mas que não consegue alcançar as demandas específicas de cada estado da federação, há o terceiro dispositivo, o Plano Municipal ou no caso do Distrito Federal, o Plano Distrital de Educação também com duração de dez anos, que volta o seu olhar para as necessidades específicas se baseando nas demandas regionais com o intuito em atender todas elas.

No portal online da Secretaria de Educação do Distrito Federal, que abrange todas as 33 regiões administrativas, é possível encontrar uma página que trata sobre

o tema explicando a disposição das 21 metas e 411 estratégias que devem ser alcançadas, realizadas e revisadas ao longo desse período. O PDE atual encontra-se em seu penúltimo ano de vigência tendo início em 2015 e se findando em 2024 com monitoramentos periódicos. Ao analisar o documento na íntegra, é possível notar que, apesar de seu período de desenvolvimento coincidir com o período do aumento do fluxo migratório Sul – Sul no país que se iniciou em 2010, o PDE, ao longo de todo o seu texto consta a palavra “imigrante” apenas uma vez, como parte do diagnóstico para a meta dez do plano:

“Concepções fundamentais e norteadoras da oferta de educação nas prisões” citando a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos ocorrida no ano de 2009 sobre educação inclusiva “Não pode haver exclusão decorrente de idade, gênero, etnia, condição de imigrante (...), deslocamento ou encarceramento. É particularmente importante combater o efeito cumulativo de carências múltiplas.” (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.87).

Apesar de ponderar que, as iniciativas de políticas públicas voltadas para as populações migrantes, especialmente as políticas educacionais ocorrem primeiro por parte dos estados que têm recebido um quantitativo maior de migrantes ou refugiados, como as grandes metrópoles nacionais e os estados fronteiriços do país. Ao buscar a palavra “migrante” e “imigrante” ou refugiado no documento do Relatório de Monitoramento e Avaliação do PDE mais recente, do ano de 2021, ainda não é possível encontrar nenhuma informação ou adaptação de meta que incluía diretamente a população migrante que vive no DF.

Deste modo, no que tange às políticas educacionais do Distrito Federal disponíveis na internet não foi possível encontrar nenhuma que se relaciona-se diretamente às demandas destes e destas estudantes, entretanto, no texto de Cardoso (2022) é possível perceber uma movimentação feita por servidores da SEEDF, incluindo a autora do texto, com a formação de um Grupo de Trabalho “com a finalidade de criar diretrizes pedagógicas para atendimentos aos estudantes estrangeiros ” (CARDOSO, 2022, p. 68). O GT contou com o apoio da Faculdade de Letras da Universidade de Brasília, subsecretarias além de outros colaboradores, com reuniões quinzenais que se findaram em dezembro do mesmo ano com a publicação das “Diretrizes Operacionais e Pedagógicas para a Política de Acolhimento e Atendimento para a Escolarização de Estudantes não falantes da

língua portuguesa na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal” (CARDOSO, 2022).

A Resolução 001/2020 se apresenta como um dispositivo legal e nacional que auxilia na matrícula de crianças migrantes sem a necessidade de apresentação de documentos como histórico escolar para ela. Este foi um importante passo dado em meio a pandemia para que estas crianças possam ter o acesso à educação garantido.

É necessário trazer esta reflexão da não adaptação/ existência de políticas voltadas para a população migrante em documentos oficiais que norteiam a educação do DF pois esta é não somente a capital do país, mas também um local constituído a partir da migração nacional que por mais que não se exija alguma política voltada para a língua portuguesa, é necessário perceber que sempre houve e ainda há outros aspectos que envolvem o fluxo de migração e perpassam a vida cotidiana na capital, tais como a consideração de manifestações culturais, políticas contra bullying e xenofobia, acolhimento e adaptação. Outro ponto considerável é que, apesar da possibilidade de o PDE não considerar tais políticas para migrantes, é certo que a capital tem uma característica “global” quando se pondera sobre as relações exteriores, o abrigo das embaixadas com as quais o Brasil mantém relações diplomática, seus cidadãos, que possivelmente têm outras características socioeconômicas diferentes dos cidadãos considerados comumente como os “imigrantes” transparece uma face da educação brasileira, suas prioridades e possíveis déficits.

Portanto, utilizando estes textos para compreender a realidade que o Estado Brasileiro apresenta sobre as políticas públicas é possível entender que a vivência das crianças migrantes e suas famílias na comunidade local se possibilitam a partir daí. Como forma de compreender então as vivências das crianças considerando todos os fatores internos e externos que as rodeiam, fui a campo, para realizar esta parte da pesquisa, para compreender essa vivência escolar a partir de observações participantes e entrevistas sobre a rotina escolar com docentes e gestora.

4.2. *Experiências Docentes*

Aqui partirei para os resultados desta pesquisa, obtidos a partir do processo de entrevistas e observação na escola. Consideradas como entrevistadas Julia e Maria⁶ ambas as docentes formadas em Pedagogia e professoras do primeiro ano do Ensino Fundamental divergem em sua trajetória: enquanto a entrevistada Julia tem sua trajetória perpassada desde idos de 2012 ao trabalhar na embaixada do Haiti, receber alunos de pais refugiados em outra escola, é também pesquisadora na área de migração haitiana. Já a entrevistada Maria veio a ter contato com o alunato migrante somente nesta escola. A seguir, irei apresentar as entrevistas e de forma intercalada, os relatos da observação. Os pontos mais relevantes de ambas as entrevistas que evidenciam os desafios e caminhos que as professoras têm tomado para atuar em sala estão presentes em ambas as partes dos resultados da pesquisa: observações e entrevistas.

4.2.1. *“Depende” das professoras*

Inclusão: Série/Idade

Antes de iniciar a entrevista com as perguntas pré-estabelecidas, a entrevistada, que é também pesquisadora pela Universidade de Brasília e a qual já foi entrevistada durante o PIBIC 2020/2021 relatou que a situação continua a mesma desde aquela época e que o foco continua sendo a realização de atividades, especialmente por parte dos/as docentes engajados. Em uma turma reduzida por atender uma aluna com deficiência, ela tem 15 discentes ao todo.

De antemão eu já te aviso, na minha percepção continuamos na mesma desde 2020, inclusive desde aquela pesquisa que a gente fez com a sua orientadora, ou seja, são atividades. Essas atividades ficam por conta do professor e eu vejo muita dificuldade, não sei como é nas outras escolas, mas nessa escola aqui atualmente vejo muitas dificuldades pra implementar, e até mesmo eu colocando a situação, explicando como se faz, falando que se precisa de um complemento no turno contrário, não tem. A iniciativa é só dos

⁶ Nomes fictícios utilizados para preservar a identidade de todas as docentes participantes das entrevistas

professores, se bem que a vice-diretora conseguiu um monitor (que fala espanhol). (Professora, 21/03/2023)

Sobre as nacionalidades das crianças que vem procurando a escola, ela destaca que na escola em questão os alunos que atende (em sua sala) são venezuelanos, mas que há alunos de outras nacionalidades, como o Japão. Além disso, evidencia sua experiência em outra escola na qual recebia alunos de diversas nacionalidades como franceses, venezuelanos e os chamados “brasileiros de segunda geração” que são nascidos em outro país, mas voltam para o Brasil por ter um dos pais brasileiro, também considerados “emigrantes” ou “retornados”.

Nessa escola aqui que a gente tá, eu atendo venezuelanos, mas nessa escola tem até japonês. Na outra escola que eu trabalhei, na 116, tinham franceses, venezuelanos, tinha o brasileiro segunda geração: que nasce em outro país, mas o pai ou mãe é brasileiro e voltaram para o Brasil, ou seja, emigrantes né. Retornados né, como tão chamando agora. (Professora, 21/03/2023)

Acerca das dificuldades que ela vê no processo de inserção e inclusão dos alunos como a matrícula, o índice de aprendizado e a relação entre idade e série ela inicia sua resposta falando que ainda se há muitas questões, começando pelo processo de matrícula. Segundo ela, os responsáveis passam para a criança chegar até a escola, que acontece de maneira efetiva, entretanto que há ainda um problema de gestão em relação à idade série, como ela cita o exemplo da legislação que impõe a obrigatoriedade de matrícula de crianças de 6 anos no primeiro ano do ensino fundamental 1.

Apesar da docente de citar a legislação, relatou que todas as crianças migrantes, que chegaram na escola foram colocadas em uma mesma sala, independentemente de sua idade por serem de uma mesma comunidade e estarem em uma mesma instituição de acolhimento. Essa solução encontrada pela escola, foi criticada pela professora, a qual afirmou ter comunicado a gestão escolar.

Para ela, a resolução 001/2020 que dispõe sobre a matrícula de alunos migrantes, teve como resultado o remanejamento de parte dos alunos para sua sala de aula. Apesar deste movimento de mudança a docente destacou que ainda assim a maior parte do alunato ficou concentrada em uma mesma sala com outra professora e em um mesmo ano, não corrigindo a discrepância da relação idade/série que ocorreu desde a entrada das crianças na escola.

Bom, matrícula. Tem várias coisas. Matrícula: as secretarias das escolas, eu até tava pensando sobre isso, é um problema de gestão, as secretarias de educação (...) A criança faz a matrícula, passa por lá né, pelo canal 196 e as crianças são mandadas pras escolas, só que quando chega aqui na escola... Por exemplo: a criança tá com a idade de 6 anos, é primeiro ano, que é obrigatório né, inclusive não é obrigatório por conta daquela legislação do Conselho Nacional de Educação (de matrícula de imigrante) não. É por lei, desde 1997, então as crianças entram aos 6 anos no primeiro ano. É obrigatório. Só que, particularmente nessa escola aqui que eu estou hoje, quando a gente observou os meninos (imigrantes) tinham todos sido matriculados numa sala só. Todos. Independente da idade deles. Todo mundo na mesma sala, com a mesma professora. Porque como eles são dessa comunidade da aldeia, das “Aldeias Infantis”, os venezuelanos eles ficaram todo mundo na mesma sala. Aí eu peguei e conversei com a gestão: Não pode ser assim, a matrícula é feita dessa maneira, expliquei a resolução, tudo isso. Aí houve um pequeno remanejamento, entendeu? Ou seja, uns foram pra minha sala, mas essa sala da professora Maria continuou com a maior quantidade e os alunos não têm a idade correta porque a gente é (professora) do primeiro ano. Então eu recebo aluno de 8 anos que já deveria estar no segundo ano, terceiro ano e ele está no primeiro ano. (Professora, 21/03/2023)

Prosseguindo sobre a questão das dificuldades dos e das estudantes Julia destaca que esse problema relacionado à idade/ série não ocorre somente com ela, mas também na sala da outra professora que recebe o alunato migrante. Destaca ainda sobre uma barreira com a equipe gestora, pois ao pensar nas maiores dificuldades destes estudantes em sala, se baseiam em aspectos linguísticos desde a dificuldade de alfabetização à consciência fonológica que em sua perspectiva poderia ser contornado com aulas de reforço no contraturno.

Da mesma forma que aconteceu comigo, aconteceu com ela (a outra professora) e tem um problema da equipe gestora que quando chega na sala: Quais são as maiores dificuldades dos estudantes? Escrever, como eles ainda tão no primeiro ano eles tem a dificuldade de escrever, dificuldade em consciência fonológica, tem um prejuízo na alfabetização, sim, realmente. Porém eu entendo que isso deveria ser feito no contraturno. Esse atendimento, como se fosse uma aula de reforço. A criança viria aqui no contraturno, trabalharia melhor nela. Se isso acontecesse, acho que desenvolveria melhor e mais rápido. (Professora, 21/03/2023)

Quando perguntada sobre o aspecto inclusivo da sala de aula, ela explica que ele ocorre e é essencial à escola, também se relacionando com questões como idade, pois quanto mais nova essas crianças são, mais abertas e mais ferramentas

são possibilitadas para essa adaptação, como é o caso de sua estratégia ao levar os alunos para brincarem incluindo sua cultura, caso de canções como o “parabéns para você” que tem versões variadas em cada país, mas as quais a professora busca resgatar para haver essa interculturalidade.

Então, a inclusão ela é inerente à escola. Por exemplo: você não vai perceber que as crianças quanto mais novas são, menos dificuldade elas têm em estarem conosco. Quanto mais velhas as crianças são, mais dificuldade elas têm de serem inclusivas e de incluírem também, porque a inclusão, na minha concepção, é uma troca recíproca dos dois.

Só que na minha sala de aula que que fiz? Eu já fiz adaptação, como é primeiro ano, deles brincando, que facilita, na minha concepção, apesar deles não poderem brincar muito aqui nessa escola. Então eu fui, levei eles pro parque, deixei duas semanas nesse processo, então veio o carnaval, quando voltou deixei brincar mais um pouco. Mas a direção me chamou a atenção, pediu pra eu parar, só que aí eles já estavam adaptados, todo mundo tava incluído e se dando bem.

A dinâmica da minha turma, como é alfabetização, então é normal o que eu faço com todos. O que muda com estudantes imigrantes? Eu, particularmente, tento trazer a cultura deles, então a gente troca muito, então se eles cantam uma música, por exemplo, “parabéns pra você” aí as meninas cantam no idioma delas aí troca. Os pais na reunião de pais têm me relatado que as crianças têm chegado com palavras em espanhol, entendeu? Então eles chegam, vão falando, porque bem ou mal tem um aluno que é brasileiro, mas morou nos Estados Unidos, então de repente tendo a oportunidade a gente também vai falar o inglês. Eu falo francês, então eu também boto o francês, né, trazendo elementos culturais.

A alfabetização ela ocorre em Língua Portuguesa, mas os elementos culturais que a gente traz para enriquecimento em sala de aula, tudo isso, são músicas em outro idioma, são brincadeiras, por exemplo, elas trazem. Porque as brincadeiras brasileiras infantis elas têm um fundo europeu, e essas brincadeiras dominaram o mundo inteiro, por exemplo: “sou uma serpente que desceu o morro para procurar um pedaço do meu rabo”. Isso é francês. Tem aquela outra francesa, várias brincadeiras. Elas existem em português e em espanhol, hoje é mais fácil de achar no YouTube, você vê, você identifica. Pode ver, quando você vê uma brincadeira assim, né, do primeiro ano, da alfabetização, pelo menos, tem várias que são brincadeiras francesas. Por exemplo: “Seu Lobato tinha um sítio”, essa todo mundo conhece no mundo inteiro e tem em vários idiomas. Então quando elas trazem as delas, a gente troca.

Sempre dou oportunidade para elas terem mostrando também, até mesmo o outro estudante que morou nos Estados Unidos. Eu tenho estudante que morou na Guiana Francesa, porque aqui é uma quadra de militares, então eles pegam transferência, a gente vai trocando assim. (Professora, 21/03/2023)

Como se tratou de uma entrevista semiestruturada realizada em um mesmo local com as duas docentes, pois ocorreu durante seu horário de planejamento de aula, horário de contraturno de realização das aulas para que as docentes possam fazer o planejamento das aulas, correções e outras atividades relacionadas à atividade docente a Julia estava presente e acabou participando desta entrevista também que acabou funcionando como uma boa conversa.

Há dez anos lecionando e a dois anos trabalhando com alunos migrantes diferentes em cada ano na mesma escola, a professora Maria inicia nossa conversa citando um caso de uma família que matriculou os filhos na escola e todos foram matriculados na mesma turma e sala, a professora coloca os desafios de também se ter uma família na mesma sala em idades diferentes e como isto interfere na socialização delas, seja de forma positiva ou não. Julia complementa que as crianças tendem a se orientar para seus pares como lugar de segurança, ainda mais ao se considerar a realidade pela qual muitas delas passaram.

Inclusive uma família falou também vou entrar, foram todos entrando, entrando aí mandaram até o pequenininho que não tava matriculado na escola, tinha 5 aninhos, era pra tá matriculado no jardim, aí ele assistiu aula na minha sala dois dias. Então eu tinha criança de 5, 6, 7 e 8 anos todos juntos, no primeiro ano, na mesma sala, o que dificultou muito, porque como eles são da mesma família, assim, eles não interagem com os outros, eles ficavam ali que era o porto seguro deles né, então era uma forma deles se sentirem mais seguros, então o que ajudou muito foi essa divisão, até em sala mesmo eu não deixo eles sentarem juntos. Eu tenho 3 (alunos migrantes) né e aí eu separo, porque quando eles tão juntos eles ficam ali no mundinho deles, porque é mais cômodo né, ficam só conversando em espanhol.

Inclusive o dia que dois faltaram e uma tava sozinha, era outra criança, porque assim a convivência dela é diferente, ela via que ela tava ali sozinha, ela via que ela tinha que ficar mais atenta porque não tinha ninguém pra explicar pra ela no idioma dela, então foi totalmente diferente, então assim eu acho que realmente é muito válido isso de separar, entendeu, pra deixar eles socializarem mais, desenvolver autonomia.

Julia: Porque toda criança é assim, por exemplo igual quando você tem gêmeos, é igual, você separa. (Professoras, 21/03/2023)

Já esta última entrevista, realizada durante o mês de maio de 2023, está tratando sobre a mesma sala da docente Julia, entretanto, como a professora/ Julia havia sido convocada para nomeação de vaga de concurso público, pois era

contratada na escola pela modalidade do Contrato Temporário⁷ foi designada a assumir a vaga em outra escola, deste modo, a outra professora que entrevistei, Ana, havia há pouco assumido a turma no mesmo período que observei a rotina da sala, após o período de greve dos professores na Secretaria de Educação pela busca de melhores condições de trabalho e salário. Como no momento da observação da vivência das crianças havia outra professora assumindo a turma, entendi como necessário entrevistá-la e saber sua percepção sobre a turma e a rotina escolar.

Quando perguntada há quanto tempo trabalha com as populações migrantes e como tem sido essa experiência a professora fala que está na turma há dois meses e que tem sido uma experiência muito legal tanto pela questão da interação entre as diferentes culturas quanto os desafios do processo de alfabetização, o qual busca sempre fazer a adequação curricular.

É, dois meses e a experiência é muito legal, né? Porque você vê dois, duas culturas diferentes: tanto a deles quanto a nossa, né? E a alfabetização, principalmente na questão da alfabetização, é, é muito mais delicado, porque é outra língua, às vezes eles não entendem o que a gente tá falando, mas a gente procura na adequação curricular, pra fazer com que eles, é, se encaixe no nosso meio, que eles também vão aprendendo a nossa língua, falando português e a gente ali tentando. É um desafio, mas tá sendo bem, um desafio bem legal. (Professora, 30/05/2023)

As perguntas seguintes foram acerca da nacionalidade das crianças que procuravam a escola e quais as dificuldades ela via, entre elas a questão da idade/série e suas dificuldades de aprendizado. Ana expõe que recebe somente crianças venezuelanas em sua sala de aula e as maiores dificuldades se encontram na relação entre idade e série e o aprendizado, especialmente em relação à língua portuguesa e a língua materna das crianças, o espanhol, pois há confusões de palavras falsas cognatas, palavras diferentes e como isto interfere no processo de alfabetização das crianças, mas que para além das questões ditas “escolares” a docente reflete sobre importância de considerar outros processos da vida dessas crianças que ocorrem ao mesmo tempo, entretanto fora da escola, como a situação em que as crianças estão vivendo no abrigo.

⁷ Modalidade de contratação de trabalho de professores da rede pública do Distrito Federal por meio de processo seletivo com provas para preenchimento de vagas com períodos de trabalho variáveis.

Venezuelanos (...). Idade série e o aprendizado, porque como eles não falam português fluente acaba que certas palavras é, disto da que eles sabem. Então é muito mais difícil, porque o, o venezuelano que chega aqui, e ele simplesmente só fala espanhol acaba tendo distorção. Apesar que, né? Nossa língua é parecida, mas tem palavras que não são iguais. E pra alfabetização ainda, né? Reforço isso, é muito mais difícil, porque a alfabetização você fala “Poxa, ah é alfabetizar.” Não, não é. Você tem que adequar o seu currículo, você tem que buscar novos métodos pra, é, incluir eles junto com a gente. A cultura é diferente. É, eles vêm né, de abrigos. Então você tem que saber, tem crianças que às vezes vem sem almoçar, as crianças... então é tudo muito mais, mais que a questão do aprendizado né? Porque tem criança que vem com fome, que tem criança que vem, é, com dificuldades dentro de casa, então é bem complexo. (Professora, 30/05/2023)

Sobre esse processo de inclusão, pergunto à Ana como a escola vêm fazendo e sua percepção sobre: ela trouxe então um pouco de sua trajetória desde que entrou na escola, de já ter sido comunicada que na sala que iria lecionar tinha alunas imigrantes venezuelanas, mas que para além disto a escola busca trazer no dia a dia a cultura da Venezuela, complemento a pergunta questionando se ela vê que há esse cuidado da escola em trazer estes temas de forma leve para as crianças e ela responde que sim, pois isto vai sendo introduzido aos poucos para as crianças, de forma leve.

Eu acho muito interessante, né, pelo pouco tempo que eu estou aqui, eles, já no primeiro momento que eu entrei e falou “olha você tem é, duas, três crianças venezuelanas”, agora só tenho duas porque como tem essa questão, né? Ela morava em abrigo, conseguiu uma casa, então ele, ela transferida de escola por esse motivo. E aí a escola, é, tenta incluir. No dia do indígena mesmo falou sobre as culturas, sobre os povos, falaram lá na rodinha, na entrada com os alunos para incluir mesmo, é, pra ter essa inclusão do dos povos indígenas, né? Que eu acho que né, tem que ser. Tem os venezuelanos então a gente tem que explicar pra eles, eles até pergunta “Tia, mas por que que eles falam diferente e tudo?” e você né, tem que falar “Não, porque eles são, é, de outro país, são venezuelanos, eles falam outra língua, o espanhol” e a escola agrega muito isso, eu acho que é muito importante.(...) Sim, leve, porque a criança né? Se você faz tudo com... muito carregado e tentando impor não fica legal. Tem que ser o quê? Leve. Você vai trazendo aos poucos, mostrando na rodinha, mostrando na entrada, mostrando, é, nas atividades que você faz. É, adequar as atividades, então é, é muito bacana o trabalho que fazem aqui na escola, né? (Professora, 30/05/2023)

Pergunto à mesma docente sobre a idade das alunas que recebe e se estão dentro da idade série correspondente ao que ela explica que não e como está sendo

todo o processo de adequação tanto das crianças quanto o seu, pois nesses momentos há também embates como o da questão curricular, a estrutura do alfabeto espanhol que é diferente do brasileiro entre outras nuances que vão acontecendo no cotidiano da sala de aula, mas que buscam encontrar um meio termo, especialmente considerando a legislação brasileira por meio da LDB. Como é uma classe de primeiro ano do Ensino Fundamental a professora ministra todos os conteúdos formativos, que ela apresenta como funciona sua rotina também

Estão fora, por exemplo, a Lara, ela tem 8 anos. E os meninos do primeiro, do primeiro ano é seis, né? E aí ela tá, um pouco, mas agora, porque a questão da alfabetização. É totalmente diferente né, pra eles. E, ela chegou sem nada, não sabia nada, aí você vai adequando. Porque ela é mais velha. A outra (aluna migrante) já não é, já tem a idade adequada. A gente tenta seguir o currículo, mas é muito mais difícil porque você tenta ali a questão da produção do nome, a, as letras do alfabeto mostrando o diferente. Até, portanto, que quando vai ler o alfabeto é diferente. A gente tava pensando em até colocar o alfabeto, é, em espanhol pra eles, para ser um pouco mais fácil, né?, Pois é, esses tempo a aluna é tava me falando. as alunas, né? Elas falam "Tia!", por exemplo, esses dias elas tavam que me chama de "maestro/ maestra. Maestro!" Aí eu "O que é maestra?" aí ela "Professora" eu "Ah sim". (Ministro) Todos os conteúdos, tanto de Português, História, matemática... Tudo! A gente ministra, mas todo com a educação curricular sempre procurando o Currículo em Movimento, né, LDB tudo certinho. (Professora, 30/05/2023)

Na mesma ocasião em que pude observar a sala "b" consegui entrevistar a vice-diretora, também por meio de entrevista semiestruturada buscando compreender a partir de sua perspectiva como está sendo feita a inclusão das crianças migrantes na escola, como ela vê a vivência das crianças, quais ações o corpo administrativo da escola tem feito para sua inclusão e as políticas públicas que em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

A vice-diretora da escola, também pesquisadora da Universidade de Brasília na área de Educação e Migração que conheci durante o desenvolvimento do PIBIC e do Guia para a ACNUR, é servidora pública efetiva da Secretaria de Educação há 27 anos, trabalha com as populações migrantes desde 2015 de maneira social e desde de 2019 dentro da escola. Pergunto a ela quais as nacionalidades das crianças que mais vêm buscando a escola e ela afirma serem crianças venezuelanas, especialmente pela proximidade da escola com a ONG Aldeias Infantis

Na Secretaria de educação, eu sou uma servidora efetiva há 27 anos, certo? (...) (trabalho) desde 2015, socialmente. Dentro da escola, desde 2019. Hoje aqui eu atendo mais as migrantes venezuelanas, até porque a escola, pela localidade da escola aqui é próxima da Aldeias que é uma ONG financiada e acompanhada pela ACNUR. (Vice-diretora, 30/05/2023)

Em seguida, pergunto acerca das dificuldades que vêm no processo das crianças, como matrícula, ensino aprendizagem, idade e idade série. A vice-diretora inicia a resposta relatando que no dia anterior receberam um aluno venezuelano e que não vêm tanta dificuldade em relação à matrícula pela existência da resolução, apesar do Governo do Distrito Federal (GDF) não ter apresentado outras regulamentações em relação a este processo. Complementa falando sobre essa criança que chegou e o processo de acolhimento que está sendo feito na escola para que num segundo momento sejam feitas avaliações de nivelamento na língua materna dele.

Então, ontem mesmo nós recebemos um venezuelano, hoje eu já não vejo dificuldade porque a resolução, apesar dela ser muito rasa, não falar nada e o GDF também não ter regulamentado nenhuma outra portaria dentro disso, mas ele me regulamentou a frase mais certa "Todos os migrantes têm direito... os migrantes, estudantes não falantes da língua portuguesa tem direito, a, uma matrícula na escola". Então hoje pra mim isso não é difícil. (Vice-diretora, 30/05/2023)

Ela complementa falando sobre essa criança que chegou no dia anterior na escola e o processo de acolhimento que está sendo feito na escola, de ter sido colocado em uma sala de segundo ano apesar de sua idade ser 9 anos, para que num segundo momento sejam feitas as avaliações de nivelamento na língua materna dele e possam fazer com que ele se aproxime o máximo de sua correspondente idade -série.

Ontem eu recebi um menino de nove anos sem nenhuma documentação, sem nada, da Venezuela. A gente colocou ele numa sala de segundo ano, mesmo ele estando com nove. Vamos deixar ele fazer todo esse acolhimento, depois a gente aplica uma avaliação na língua materna dele, olha como ele está e começa a trabalhar as vivências. Aí eu tenho até no final do ano pra fazer ele aproximar o máximo possível da série de origem da idade dele. (Vice-diretora, 30/05/2023)

Perguntei a ela qual seria a série de origem dele e ela responde que seria o terceiro ano, complemento questionando se apesar disso teve algum tipo de prova

quando chegou e a vice-diretora frisa que o aluno acabou de chegar, não iria dar uma prova para ele, se refere que realmente há esse cuidado no acolhimento, para que o aluno se sinta pertencente à escola. Ela acrescenta que este momento de acolhimento do aluno, a escola e a pedagoga vão observando a partir de uma leitura corporal da criança em conjunto com o desenvolvimento da leitura e escrita.

ele chegou ontem, eu não vou dar prova, odeio essa palavra “prova”. Ele vai fazer todo o acolhimento, se sentir à vontade, se sentir pertencente a esse espaço... E a gente vai escrevendo, fazendo a leitura corporal dele, a leitura oral, a própria leitura escrita... (Vice-diretora, 30/05/2023)

Ela prossegue descrevendo o processo de acolhimento do aluno dialogando sobre o Educador Social Voluntário da Escola, falante de espanhol que tem feito esse acompanhamento na língua materna das crianças, a docente indica que seu trabalho de mestrado relacionado à escolarização deste coletivo colaborou para conseguir esse profissional.

Tem um Educador Voluntário nessa escola que fala espanhol que é justamente pra acompanhar, né? A questão dos migrantes. Por eu já ser uma mestre, já trabalhar essa escolarização, essa inclusão, a gente conseguiu esse profissional pela Secretaria. Ele tá atendendo aqui nas salas, aqui na escola. Então só depois que eu sentir que ele tá beeem... Aí nós vamos fazendo as avaliações, no mais agora, ele entrou na nossa observação. Observação direta. Desse, é, sociabilidade dele, dessa leitura, que que a leitura corporal fala, dessa confiança para depois a gente aplicar umas coisas escritas. (Vice-diretora, 30/05/2023)

Como a entrevistada já havia falado um pouco acerca do processo de inclusão que a escola vem fazendo, perguntei se gostaria de complementar ou trazer algo mais que não estava na fala anterior. Ela trouxe a questão de seu objeto de estudos, o contato com a Aldeias Infantis e as crianças na escola, as mediações que existem em sala de aula, adaptações possíveis como chamar a professora de “maestra”, cantar um parabém na língua materna das crianças. Partir das adaptações e vivências delas para que seja efetivo o processo de inclusão.

Ah, nós fizemos projeto inclusão, porque eu já trago, né? Já é meu objeto de trabalho, meu objeto de pesquisa, meu objeto de estudo. Essa escola já recebia imigrantes o ano passado. Eu cheguei aqui dia 28 de dezembro pra gestão, pra vice direção. Quando eu cheguei, eu Visitei Yuri na Aldeia e, e trouxe todos os migrantes venezuelanos pra cá. A primeira coisa que eu tenho o cuidado é de não colocar todos migrantes na mesma sala, pra eles conviverem,

com os brasileiros. Identificamos as escolas nas duas línguas, né? Toda mediação de sala, principalmente a primeira linha que tem analfabetização, a palavra “quadro”, a palavra “professores”, falam maestria, mestre, maestria. Os meninos vão aprendendo, o parabéns que a gente canta, a gente canta em português, a gente canta em espanhol. A gente vai procurando fazer todo esse acompanhamento com eles. Essa acolhida do pai, da mãe, escutar como é que foi, é, essa vinda, que que é entrar, registrar isso nas fichas dele. Ter esse pensamento de acolher mesmo, né? Pra, para depois pensar em iniciar esse processo de escolarização e permanência. (Vice-diretora, 30/05/2023)

Questiono acerca das ações que existem da escola em conjunto com a Secretaria de Educação para a inserção e permanecimento das crianças na escola e segundo ela, as ações que existem em conjunto estão permeadas por aquelas como conseguir o ESV para a escola, a partir de seu trabalho de mestrado e as primeiras políticas públicas por meio de diretrizes do GDF voltadas para não falantes da Língua Portuguesa.

Então, as ações que eu faço na escola, é, é trabalhar essa inclusão. Junto com a Secretaria, a gente conseguiu o Educador Social Voluntário com a língua materna. A princípio. Conseguimos junto com a secretaria também, no meu mestrado, as primeiras diretrizes, né? Nós somos o primeiro estado a ter as diretrizes para estudantes não falantes da Língua Portuguesa, pros migrantes, inclusive usar o termo “migrante” que vai para além dos atendidos pela ONU, né? Pela indústria migratória, mas de fato atender todos os migrantes, em qualquer situação que esteja matriculado nas nossas histórias. (Vice-diretora, 30/05/2023)

Rotina Escolar e Didática

Após salientar os métodos que utiliza em sala e a importância da interculturalidade na rotina das crianças a professora Julia ressalta que há uma necessidade de formação e que ela seja constantemente atendida considerando que a sala de aula é um espaço que está em constante mudança, então os docentes devem acompanhar este processo. No mais, ela ainda destaca que as questões que existem no DF são encontradas em outros estados brasileiros, principalmente em relação à discrepância idade série que é extremamente prejudicial para a trajetória destas crianças.

Tenho nada a adicionar, só que o trabalho é árduo, longo ainda, no processo de entender a interculturalidade de formação. A gente vai

ter que continuar fazendo formação. Formação, formação, formação. Esses mesmos elementos que eu coloco pra você de dificuldade aqui, são elementos que eu encontro nos meus grupos de pesquisa. Em Santa Catarina, no Goiás, no Rio de Janeiro, em São Paulo. São Paulo é um pouquinho mais adiantado, agora Santa Catarina eu fiquei impressionada, por exemplo, porque já era pra eles estarem mais desenvolvidos, lá tem uma legislação mais antiga que a nossa, já tem uma estrutura do sistema educacional deles lá estabelecida em relação ao imigrante, mas continua encontrando dificuldade de matrícula e colocar a criança na idade correta, porque quem tá perdendo é o aluno.

E existe alguma, ultimamente, nivelamento?

Não tem nivelamento, é desse jeito que eu te falei mesmo. Eles chegaram, matricularam equivocadamente todo mundo na mesma sala de aula, entendeu? Quando a gente percebeu tava todo mundo junto, a gente tentou separar. Há dificuldade nos professores também? Às vezes a dificuldade maior tá em compreender os idiomas, porque eu não falo todos. Mas é só isso. Com calma, falar devagar, pedir pra criança falar devagar. Eles pegam muito rápido, isso já no primeiro mês, tem aluno meu que tá assim falando tudo de português e consegue comunicar com família dela, porque o avô vem buscar e consegue entender. **Não é perder, é ela agregar com o idioma.** (Professora, 21/03/2023)

Sobre o tempo que a docente Ana leciona na educação básica, responde estar atuando desde 2016. Como ao longo da entrevista ela trouxe que está atuando com crianças imigrantes em sala a partir deste ano letivo, indago como está sendo a rotina em sua sala de aula, apesar de minha observação, me interesse em saber como é para ela a rotina em sala de aula e a dinâmica com as crianças.

Desde 2016. Não, desde 2012, porque começa com estágio a gente já conta! Estagiários também ralam, aí foi estágio, terminei a faculdade e depois disso trabalhei na área de educação, sempre quis. É uma área muito boa, você trabalha é por amor que você faz. Alfabetização principalmente, porque se você não tiver paciência, se você não tiver dedicação, você não consegue. Porque ali é tempo, é paciência, vai depender muito da família, vai depender muito do aluno, então...

O que, o que eu faço? Eu tô separando em grupos com dificuldades nas matérias. Pra me sentar, ter um tempo com eles pra... Quem já sabe já vai ali meio que se virando sozinha, mas aí eu sempre olhando. Pra saber o que que eles tão fazendo, se tá certo se eles têm dúvida, aumentando grau de dificuldade deles, já quem tá com dificuldade um pouco maior, eu tento trazer mais pra perto de mim, pra ficar olhando as atividades, pra tentar ajudar. Porque assim, como a gente não tem, é, escola pública não tem monitor/ auxiliar tipo 24 horas, né? Porque a gente tem, mas vem um período, depois o outro ajuda bastante, graças a Deus, mas a gente não tem o tempo todo. Então a gente precisa desse controle. É, e eu gosto da dinâmica, tem hora que eu faço ali diferente, toda vez quando eu chego na sala eu falo é, quantas meninas têm, quantos meninos, juntos. Pra eles trabalharem a matemática, pra eles trabalharem o

raciocínio lógico, fala do calendário, fala do alfabeto para eles identificarem as letrinhas, né? Trabalhando o nome todo completo pra eles ter essa facilidade também de chegar e falar “Olha, já sei meu nome” “Oh, meu nome começa com tal letra”. Então é muito mais fácil, eu acho que a dinâmica tá sendo bem, bem trabalhada. Passo né? As atividades em folha, eles tão bem tranquilo, assim fazem, ama fazer atividade. Eu nunca vi isso! Se deixar, eles fazem umas vinte por dia. (Professora, 21/03/2023)

Trabalhando com o primeiro ano do Ensino Fundamental, a professora Maria explica que é tudo novo, começou a lecionar para o alunato migrante no ano anterior recebendo gêmeos que vieram da Venezuela e que para ela todos os alunos parecem ter dificuldades parecidas que estão relacionadas à adaptação do novo idioma e à rotina escolar. Este último ela traz como um dos maiores desafios, pois as crianças não estavam acostumadas com a rotina escolar que é mantida, a exemplo do horário do lanche, que foram se habituando e que ela trouxe como ponto de sensibilidade para compreender o fundo dessas necessidades e a forma como as crianças agem pela relação com sua trajetória. A professora Julia complementa que para que as crianças possam ter pleno aprendizado é preciso que suas necessidades sejam atendidas, seja ela fome ou frio.

Maria: Pra mim é novo, desde o ano passado, ano passado eu também recebi dois gêmeos que também eram venezuelanos e eles também tinham as mesmas dificuldades, sabe? Eu sinto assim, é, adaptação do idioma novo, a própria rotina escolar pra eles é muito mais difícil, porque eu acho que eles não tinham essa vivência de escola, sabe? De ficar, de estudo mesmo eles não tinham, então eu tenho muita dificuldade com eles nessa questão da rotina. Tipo: agora eu tenho que fazer essa atividade, agora é hora de sentar para ouvir uma história, até porque eles vão ouvir a história do jeito deles, né, porque eles não vão entender tudo.

Mas no começo foi muito difícil normatizar essa rotina, no ano passado foram essas mesmas dificuldades, sabe. Há a questão também da alimentação porque onde eles vivem, eu acho que eles vêm sem o almoço, então eu acho que eles vêm com muita fome e aí eles perguntam o tempo inteiro que horas vai ser o lanche, que horas vai ser a comida “tengo fome.” “maestra, tengo fome, maestra”

Então é uma coisa que fica, que a gente tem que ser muito sensível a isso, porque por mais que a gente queira que eles aprendam, que eles evoluam, que eles acompanhem a turma, que faça uma atividade, que aprenda a ler, aquela coisa toda a gente cria uma expectativa, é muito difícil porque a gente tem que ter um olhar sensível pra realidade deles.

Julia: É, porque quando a gente alfabetiza, a criança pra ser alfabetizada precisa ter todas as suas necessidades atendidas, elas

não podem tá com fome, não pode tá com frio, não pode tá triste, não pode tá com raiva.

Maria: Exatamente, então é muito complicado essa primeira parte assim, até eles acostumarem, e agora eu acho que eles acostumaram mesmo. O horário do lanche, então eles chegam, já esperam, tomam uma aguinha, entendeu? Pra esperar.

Julia: e olha que o lanche aqui é servido antes das três horas (da tarde). (Professora, 21/03/2023)

Em uma sala com 19 alunos, sendo 3 deles migrantes, pergunto como é a dinâmica em sala de aula, ela responde que é animada e que no momento está criando o processo de rotina com eles para cada atividade

Bem animada. Porque eles já chegam de tarde né, então, bem agitados, mas aí eu já esquematizo tudo, toda a rotina, tô trabalhando bastante isso neles. Então a gente já chega, vê o dever de casa, faz uma agenda, faz atividade, tem o momento da rodinha, tem o momento da escuta, então tem muito a questão da rotina: o momento de falar, o momento de brincar, o momento de dançar, então pra que eles fiquem mais seguros e a gente consiga ter uma tarde mais produtiva, então eu foco muito na rotina. (Professora, 21/03/2023)

Com um turno de aula que se inicia das 13h e vai até às 18h Maria reflete que esta jornada tem sido muito significativa na ampliação de seus horizontes, de buscar atender as necessidades dos seus alunos, como a questão da barreira linguística, as ferramentas que tem buscado para driblar essas dificuldades, como a utilização de aplicativos e ferramentas como o YouTube. Ela cita também que a contratação de um monitor que fala espanhol foi de grande importância para possibilitar a ampliação de diálogo com a família e um entendimento maior com as crianças.

Pra mim tem sido bem significativo, sabe? De ampliar o olhar, às vezes a gente vive muito no nosso mundinho de perfeição, de ter os alunos ali. E vivenciar outra realidade é, acho que amplia né. Tá sendo bem bacana, mas também bem desafiador, porque é, ainda mais no começo do ano que a gente chega, ainda mais que as outras crianças também têm as necessidades de adaptação, né, é muito difícil, aí a gente precisa pensar “o que eu faço com esse menino, né?”.

Porque é justamente isso, a criança chega e você tem que se virar, eu não sei falar espanhol, e aí? E aí tem que correr atrás, pega, busca outros meios, é... Aplicativo, vai estudar, vai assistir vídeo no YouTube, né. Pra ajudar. E foi muito válida a questão do monitor, porque eles têm uma atenção né, mais exclusiva e pra ajudar nessa questão do idioma, até com a própria família, porque com as crianças eles aprendem muito mais rápido né e é muito mais fácil conversar com as crianças, porque como os adultos já têm a vivência deles, eles falam mais rápido, assim, e aí tem coisa que eu não entendo.

E aí teve até a mãe de uma aluna que eu precisei do monitor: me ajuda, que ela tá falando, me ajuda aí.

Julia: Mas isso foi uma conquista, né, esse monitor que fala espanhol. Porque antes não tinha. A situação do monitor também é outra situação precária de trabalho. Eles recebem, se for 600 reais é muito.

Na verdade, é Educador Social Voluntário, que é voluntário, eles não têm alimentação nem transporte. (Professora, 21/03/2023)

Apesar de a escola ter alunos migrantes ou descendentes de outras nacionalidades, a docente tem em sua turma apenas alunos venezuelanos, quando questionada acerca das dificuldades das crianças ela traz a dificuldade da idade série e reflete sobre a maturidade das crianças em sala de aula: se é necessário esse acompanhamento para quem está no primeiro ano e deveria por sua idade estar em outro ano, mas que ao mesmo tempo é difícil que essas crianças estivessem noutro ano pela vivência em sala de aula.

É, tem idade série, porque querendo ou não influencia muito você lidar com uma criança que tem 8 anos e uma criança de 5 anos. Então a maturidade, assim, é gritante, às vezes você acha que não tem muita diferença. É, então até ver assim, acho que até a Julia tinha comentado, que não é certo ficar todo mundo no primeiro ano, tinha que acompanhar. Mas eu fico pensando assim, eles não têm maturidade, eles não têm vivência de sala de aula, aí imagina jogar uma criança dessas no 2º ou 3º ano? (Professora, 21/03/2023)

Este trecho gera um debate entre as entrevistadas sobre fazer ou não um projeto no período de contraturno, Julia exemplifica com a estratégia de um projeto para alunos da classe especial e que o mesmo poderia acontecer aos alunos migrantes para que possam se desenvolver mais rapidamente e ao mesmo tempo dar suporte em necessidades básicas como a alimentação das crianças enquanto Maria traz outro ponto importante para esta discussão que é sobre a disponibilidade de recursos pela escola. Novamente são buscadas soluções por iniciativas das professoras, como um projeto interventivo de responsabilidade da docente, necessitando apenas da disponibilidade do espaço físico para a realização das atividades.

Maria: Mas igual eu falei. Que que eu falei? Eu acho que a gente deveria fazer, aquele dia eu falei pra diretora, a gente sentou ali com a direção e eu falei que tem que ter um projeto para eles no contraturno, por exemplo, não tem pro aluno lá da classe especial? Tem que ter um pra eles também. Que eles venham e que tenha essa aula de reforço. O mais rápido possível, porque eles se adaptam a essas rotinas. Porque eu acredito, se a gente coloca isso

no contraturno, a gente consegue desenvolver a rotina escolar mais rápido, a gente consegue até melhorar a alimentação dessa criança. Quando a Julia trouxe essa ideia de um projeto de reforço escolar no contraturno eu pergunto se a escola tem os recursos necessários disponíveis para que essas atividades possam ser realizadas e elas respondem que não há pessoal, mas que dá para fazer, se tiver local, citam ainda que o pior para se implementar o sistema é a falta de pessoal capacitado.

Julia: Porque se tivesse um lugar. Eu me propus a fazer um projeto interventivo. Porque ah se não consegue fazer dessa maneira, eu consigo fazer pelo meu projeto interventivo. O projeto interventivo é do professor, se eu falar assim “eu vou fazer um projeto interventivo aqui” aí eu pego e falo com ela (a outra professora e entrevistada), pego os alunos e a gente faz, porque a gente tem essa liberdade. Então é uma questão também de vontade. (Professora, 21/03/2023)

Como Ana estava falando da dinâmica em sala e cita a questão de monitores ou auxiliares, pergunto sobre o Educador Social Voluntário que fala espanhol, se este também está em sua sala de aula e como é. Como ele é apenas um e a escola recebe vários alunos imigrantes em diferentes salas e anos do Ensino Fundamental, a docente conta que sua ajuda é muito importante para as crianças novatas que têm mais dificuldade com a língua portuguesa e também por falar espanhol, que pode aproximar as crianças por ter alguém que fale o mesmo idioma que o seu.

Fica! Aqui nessa turma, ele faz as atividades com as meninas, né? Elas adoram, adoram ele. Tem hora que eles tão conversando em espanhol, aí às vezes elas tiram dúvida em espanhol. E principalmente a novata, né, que ela toda vez, tem mais uma dificuldade, aí as vezes ela fala espanhol. No começo, eu tava perdida com ela, ela: “Maestra, maestra!” e tal, falando muito rápido. Aí eu falei “Não, calma” aí o João veio pra nossa sala, veio ajudar aí ele “Não, Ana. Eu vou entender, vou resolver, vou falar as coisas certinho” e ficou. Tá sendo maravilhoso, porque ele sabe falar espanhol, as meninas têm afinidade porque ele fala espanhol, ajuda nas atividades, muito melhor. (Professora, 30/05/2023)

Findadas as questões do roteiro, pergunto se Ana gostaria de adicionar alguma reflexão sobre o tema que ache interessante e ela traz a importância da pesquisa acadêmica sobre essas crianças, pela necessidade de olhar, pesquisar e falar sobre os desafios das crianças imigrantes dentro da educação brasileira. Como professora, ela também traz o que as crianças têm aprendido, seus progressos desde que chegaram na escola.

Eu acho que é legal, é, eu acho que as escolas aqui do plano que recebem mais as crianças venezuelanas, né? Por conta dessa questão do Abrigo ser por aqui. E eu acho bacana, né? Eu já dei aula lá na Samambaia e eu, não chegava tantos (alunos imigrantes) por

conta dessa questão, né, que é longe para eles. E eu acho muito bacana quem estuda, quem faz, é, o TCC ou mestrado, doutorado com relação a isso, porque são pessoas que precisam de um olhar maior, né? De uma visão muito melhor, porque passaram por uma dificuldade e tão buscando refúgio. Então você tem que né? É, tentar melhorar a vida deles e também, né? E a gente ser humano, no final do dia a gente ainda é ser humano, é a primeira vez (trabalhando com alunos imigrantes) e é super diferente, mas é muito bom. Porque você vai aprendendo algo novo. O professor sempre tá em constante mudança, né? E sempre tá em aprendizado novo. Sempre é legal, você aprender, você é, é tudo que eu aprendo eu tento passar para os meus alunos, óbvio que não é 100% né? Mas é muito legal e eles estão aprendendo. mesmo, ela já identifica as letras, já identifica os números. A aluna que entrou por agora então ela ainda tá com um pouco mais de dificuldade, mas é tudo trabalhado dentro de sala de aula. Eu tô gostando, é, é uma adequação curricular diferente. Diferenciada. (Professora, 30/05/2023)

Por fim, pergunto à vice diretora sobre sua reflexão sobre a vivência dos e das estudantes migrantes na escola e indago sobre sua percepção da dinâmica escolar. A gestora falou sobre uma formação que organizou para os docentes, pais e depois para as crianças; uma a palestra do Yuri da Aldeias Infantis sobre o que é migração. Deste modo, ela vê que a comunidade escolar tem um cuidado para com a recepção do alunato migrante respeitando suas vivências, sua cultura como meio de agregar todas elas.

Então, eu achei que a escola acolheu bem. É, primeiro a gente fez uma formação com os professores e eu mesma cuidei dessa formação. Na primeira reunião de pais, na primeira semana, nós trouxemos Yuri da Aldeia pra falar, que quem é esse migrante? O que que é um migrante? nós fizemos uma formação com os pais, depois de professores formados e de pais formados a gente fez uma formação com as crianças.

E aí, a gente colocou os meninos pra cantarem uma música e aí a gente conseguiu. Então assim, eu vejo que ele escola hoje ela tem uma percepção muito carinhosa para esse estudante, ele já não é tão invisível e assim todas as dúvidas a gente resolve um conjunto, em coletivo. (Vice-diretora, 30/05/2023)

Tardes de Observação em Sala de Aula

O que aprendi com a Turma A?

Conhecendo a turma

Com o objetivo de compreender a vivência das crianças na escola, em acordo com Maria, iniciei um período de observação durante um dia da semana, uma tarde, na qual pude entender como funciona a dinâmica em sala de aula entre as crianças, o ano escolar da turma observada foi de um primeiro ano do Ensino Fundamental. A iniciar, fui apresentada para a turma como uma “tia” que estava ali para observar eles, não sendo apresentado objetivo da pesquisa para as crianças e nem a motivação exata, como forma de pensar que principalmente isto poderia causar desconforto nelas e em segundo momento, comprometer ainda mais a dinâmica em sala de aula, apesar de considerar que a presença de uma estranha naquela sala de aula possa já ter afetado sua dinâmica.

Primeiras impressões

Estabelecida na sala de aula, me sentei em uma cadeira ao lado da professora, que fica mais próxima do canto da sala, que tem vista para o parquinho da escola, enquanto a dupla observação (eu e crianças, crianças e eu) acontecia. Como elas estavam fazendo uma atividade quando cheguei, cerca de 10 minutos depois começaram a ir para a mesa da professora entregar seus cadernos com a atividade feita para receberem seus “vistos”. Em meio a este processo, pude observar a disposição das cadeiras em sala de aula: todas as crianças sentadas em duplas e próxima à mesa da professora estava um conjunto de quatro cadeiras em que as duas crianças imigrantes faziam sua atividade com a ajuda do Educador Social Voluntário e uma outra colega, que a professora me explicou ter Transtorno do Espectro Autista (TEA) que se sentavam ali para terem auxílio durante a atividade.

Percepções da educadora

Logo a docente passou a me contar alguns processos da dinâmica em sala que pude perceber durante a observação. Ela me informou que as duas crianças imigrantes (um menino e uma menina) que estavam na turma eram venezuelanas e parentes, o que em sua percepção dificultava um pouco o processo de socialização

e desenvolvimento (como o aprendizado da Língua Portuguesa) individual deles, fato que ela trouxe e desenvolveu durante a entrevista realizada.

Ela me apresentou a questão de as crianças estarem se recusando ou tendo dificuldades para se comunicar utilizando a Língua Portuguesa, trouxe que no começo do ano até pouco tempo atrás um deles, o menino, estava se habituando bem e conseguindo se comunicar mais em Língua Portuguesa, entretanto de algum tempo para cá (dia da entrevista) ele estava usando mais o espanhol ou uma mistura das duas línguas. Em relação à menina, a professora relatou que ela tem tido maior resistência em falar e escrever em português desde o início do ano letivo. Apesar do uso do “portunhol” ainda é predominante o uso do espanhol.

O dia da semana em que estive observando a turma foi durante uma sexta-feira, dia no qual as crianças têm mais tempo para brincar e podem levar seus brinquedos para escola, então após o fim da atividade a professora liberou para que as crianças pudessem brincar em sala. Durante o diálogo com a professora, ela cita que a aluna imigrante tem questões de comportamento e dificuldades em se habituar à rotina da sala de aula.

Retomando o aspecto da rotina escolar, Ana traz uma observação que tem feito ao longo do ano letivo, sobre a possibilidade dessa aluna ter alguma dificuldade para além das esperadas dentro da condição de uma criança imigrante se adaptando a este novo contexto, a docente relata que a aluna ainda têm dificuldades no processo da escrita de seu nome (enquanto os outros colegas, incluindo seu sobrinho que chegou na escola no mesmo período, da mesma turma conseguem) e possa ter alguma outra questão que vêm sendo verificada tanto a partir da observação acerca do processo de ensino aprendizagem da aluna, quanto do comportamento hiperativo da criança.

Como a professora está recebendo seus primeiros alunos imigrantes que têm parentesco, creio que ela esteja usando estes fatores como parâmetro de análise para a avaliação do aprendizado das crianças. Há também o auxílio do Educador Social Voluntário (ESV) para ambos e a perspectiva da professora é que enquanto um deles está tendo uma maior adaptação, a outra ainda está lidando com maiores barreiras. Em busca de saber se a aluna com maiores dificuldades está tendo algum acompanhamento externo ao que é oferecido em sala (ESV e professora), ela fala que não saberia dizer além da Casa de Ismael.

Como as crianças estão no primeiro ano do ensino fundamental, estes processos e a verificação deles é de extrema importância para compreender e ajudar às crianças em seu desenvolvimento. Outro relato importante que a professora traz durante meu período de observação é em relação à rotina escolar das crianças imigrantes e seu comportamento durante a aula citando a participação deles durante o contraturno das aulas na Casa de Ismael, uma fundação espírita que acolhe crianças e adolescentes e promove ações socioeducacionais, de acordo com o disposto no site oficial da instituição.

Como o projeto funciona no contraturno, a professora relatou que no período da manhã eles estão lá e no período da tarde estão na escola. Ela expõe que como pela manhã as crianças já desenvolveram outras atividades, possam estar cansadas durante o turno da aula, salienta que as crianças já lhe falaram que estavam cansadas para desenvolver certas atividades durante as aulas.

Esta é uma argumentação importante da docente, pois para ela, as crianças conseguirem participar ou não das atividades em sala pode impossibilitar que se desenvolvam o quanto deveriam. Para além do processo de migração, de compreender que estas crianças estão aprendendo uma nova língua, dentro de um novo sistema educacional, sua participação no projeto matutino somada à escola pode ser avaliada como um excesso de atividade, o qual, considerando sua trajetória, pode ser mais um desafio ao seu desenvolvimento.

As crianças, a escola e eu

No momento em que as outras crianças estavam brincando a aluna migrante estava mais ansiosa e pediu para professora para ir ao banheiro (após algumas saídas anteriores durante o momento de atividade) e percebemos que ela estava demorando, então a professora pediu para que eu fosse ao banheiro checar se estava tudo bem com a aluna pois ela estava cuidando dos outros estudantes. Encontrei ela no banheiro escovando os dentes, mas como aquele momento era para brincar em sala de aula e não de escovar os dentes, pois este acontece após o lanche, expliquei a ela sobre esse horário de brincadeira e cuida; e que a professora a esperava em sala. Ela continuou escovando os dentes, mas conseguimos

estabelecer, talvez, uma linha de diálogo, pois depois disso, enquanto eu estava em sala de aula, quando ela voltou, veio me mostrar sua boneca e eu fiz uma roupinha de papel para a boneca dela.

Após o momento de observação em sala de aula, tocou o sinal para o recreio das crianças e fui observá-las durante esse momento: a vivência para além da sala de aula. Antes, a professora havia mesmo falado que as outras crianças acolheram aquelas que eram imigrantes muito bem desde o início das aulas e que eles têm uma relação de amizade entre si, mas naquele momento busquei identificar ações sobre como era a vivência das crianças? Elas estão tendo uma boa recepção entre as outras crianças? Essa inclusão de fato existia? Como ela é? E as brincadeiras, interações?

Pelo que consegui observar, sim, as crianças estavam inclusas, estavam conseguindo socializar de forma muito positiva umas com as outras. Durante todo o intervalo, elas estavam brincando entre si e correndo, brincando de pique pega, pique esconde ou pulando corda. Todas as crianças estavam ali conseguindo se comunicar pelo ser criança, a linguagem das brincadeiras conhecidas para além das barreiras da língua, que supera tantas outras questões. O que mais ficou deste dia de observação em que era o foco brincar e ser criança, este “ser criança” se sobressaiu naquele momento.

Aprendizado com a turma B

Chegada e primeiras impressões

No segundo momento de observação participante cheguei na escola cerca de 14 horas em uma terça feira, neste dia acompanhei a rotina escolar e vivência das outras crianças imigrantes que estudam noutra sala do 1º ano. Essa turma geralmente recebe 2 alunas migrantes e venezuelanas, entretanto na ocasião só uma delas estava presente pois a outra estava com caxumba e se afastou da escola para se recuperar. A turma observada tem cerca de 14 a 16 crianças com duas delas sendo imigrantes, ao longo da conversa com a professora, ela me informou que no início eram 3, mas uma delas conseguiu uma casa, pois todas moram em um

abrigo e, com a mudança de casa para um lugar mais distante conseqüentemente se transferiu a escola.

Foi interessante notar, assim que cheguei na sala, que esta estava com as mesas e cadeiras das crianças disposta em grupos de três ou quatro carteiras, formando três grupos de quatro crianças e um grupo de três. Ao longo do dia perguntei para a docente por que as crianças estavam sentadas daquela maneira e ela contou que as separou daquela forma para que tivessem maior interação entre si. No momento da minha chegada também notei que eles estavam fazendo atividade uma atividade de matemática no que a professora chama de folhas de atividade, que são folhas impressas com desenhos e outras estratégias pedagógicas para facilitar o aprendizado, na ocasião as atividades desenvolvidas eram de subtração e soma.

Como forma de auxiliar os discentes, a professora se sentou do lado deles, como ela afirma também durante a depois durante nosso diálogo, que é uma forma de se aproximar deles e conseguir oferecer esse auxílio, se sentando em uma das carteiras das crianças, fazendo parte dos grupos. Esta estratégia ocorre especialmente com as crianças com mais dificuldades, ela se senta próxima ou ao lado enquanto as crianças têm dúvidas enquanto estão desenvolvendo as atividades.

As crianças, a escola e eu

Após o momento da atividade de matemática as crianças foram visitar a biblioteca da escola. A ida à biblioteca se iniciou com uma contação de histórias pela bibliotecária para as crianças sobre brincadeiras infantis “típicas” ao redor do planeta, durante a contação todas as crianças estavam muito atentas e participativas tentando reconhecer brincadeiras que elas também faziam, como pique esconde e outras que estavam conhecendo pela primeira vez.

Seguido do momento de literatura e contação de histórias, as crianças foram usar os computadores disponíveis no laboratório de informática com o intuito de desenvolverem a proximidade com tecnologia de forma educativa. Os computadores continham algum programa ou plataforma educativa com brincadeiras relacionadas ao raciocínio lógico, matemática, língua portuguesa, artes entre outros que todas as

crianças puderam explorar livremente. Foi cativante ver os alunos que estão neste processo de alfabetização e letramento matemático utilizando aquelas tecnologias com destaque ao computador ao invés de smartphones (que provavelmente têm maior afinidade e conhecimento), algumas delas apresentaram maior proximidade, outras não, como a aluna imigrante que pude me sentar ao lado e ir ajudando a usar o teclado, reconhecer as teclas e como apareciam na tela do computador.

Passado o momento da biblioteca e laboratório de informática, as crianças foram para o momento do lanche, na sala de aula, que na ocasião era chocolate quente, biscoito e fruta, oferecidas em recipientes da escola que as crianças podiam repetir. Nesse momento, a professora perguntou se eu gostaria também de participar do lanche e enquanto estávamos conversando e as crianças lanchando, a aluna imigrante foi na mesa da professora perguntar se poderia repetir, assim como outras crianças perguntaram, mas nesse momento a professora perguntou se ela havia almoçado na Casa de Ismael⁸ ao que ela responde que não havia ido para o programa, mas que sua avó não havia feito almoço. Depois que a criança saiu, a professora me informou que as crianças imigrantes que recebe em sua sala de aula moram no abrigo e que existe a possibilidade de não almoçarem sempre, ressaltou que no dia anterior a mesma aluna havia repetido o lanche escolar 4 vezes e que a alimentação, a insegurança alimentar é algo que sempre pensa em sua sala, deixa claro para todas as crianças que não tem problema algum que elas repitam o lanche, que possam se alimentar, pois isso é de extrema importância.

Singularidades da Sala de Aula

Com a sala ela reduzida por receber uma criança com síndrome de down, que aqui chamarei de “Júlia” com um comportamento considerado mais imperativo, foi interessante notar também que a aluna migrante, que chamarei de “Lila” que estava na escola, sempre estava por perto da outra aluna ambas se sentavam no mesmo grupo de cadeiras e brincavam juntas. Houve um momento que Júlia estava brincando com os cadarços das outras crianças e a professora pediu para as outras crianças sentarem longe pois estava fazendo a explicação de um conteúdo, neste

⁸ Programa de uma Organização Sem Fins Lucrativos que as crianças imigrantes participam no contraturno das aulas

momento eu estava sentada próxima a elas também e enquanto outras crianças saíram, a Lila ficou. Perguntei a ela se gostaria de se sentar em outro lugar também, mas ela falou que preferiria ficar ali. Então ela continua ali, do lado da amiga.

Após este momento as crianças terminaram seu lanche e voltaram a fazer atividade, a aluna continuou brincando também, percebi que desde o momento que cheguei ela gostou de mim, de me observar no seu ambiente, buscando ter interações comigo desde o momento que cheguei na sala de aula. Em seguida as crianças foram fazer a atividade de matemática para reforçar os conceitos e como fazer as contas de subtração e soma, pois a professora observou durante o momento anterior da atividade que muitas ainda estavam com bastante dificuldade em relação a esse conteúdo.

Entre o momento de desenvolvimento das atividades e esse diálogo com a professora, bateu o sinal para o recreio das crianças, com duração de 20 minutos. Na metade do período fiz a entrevista com a professora e na outra metade fui para a quadra, onde estavam as crianças, para observar o recreio e suas interações. Por ser o dia da quadra, elas estavam brincando com bolas e outras brincadeiras. Pude observar a inclusão das crianças migrantes nesse momento, incluindo as da outra sala do primeiro ano que brincavam com outras crianças e o ESV.

Naquele momento percebi que a Lila, da sala que eu estava observando estava com outra criança migrante, que eu não reconheci durante as visitas à escola e a qual me foi falado depois, que ela havia chegado no dia anterior na escola. Esta nova aluna era também moradora da Aldeia e amiga de Lila, talvez por uma questão de acolhimento, naquela ocasião as duas brincavam e conversavam mais entre si.

A rotina escolar

Após o recreio e a volta das crianças, a professora passou para uma atividade de Língua Portuguesa, a docente salientou que aluna imigrante é extremamente inteligente, muito rápida para pegar as atividades, as matérias e os conteúdos, mas que ela gosta de ter essa proximidade com a professora na hora de fazer as atividades em sala. A docente fala que pode ser tanto pela prática de ficar perto das crianças neste momento, quanto quando ela sabe desenvolver a atividade, pede para que a professora fique ao lado para desenvolverem atividade juntas.

Durante este período de observação em sala, considerando a observação participante, acabei ajudando as crianças em suas atividades partindo do que sei e do que estou desenvolvendo de aprendizado dentro da área da Pedagogia (que estou cursando como segunda graduação) e da Licenciatura em Ciências Sociais. Por fim, como a professora estava mais perto das crianças, desenvolvendo essas atividades em uma terça feira, começo da semana, e não sexta feira, também pude observar que elas estavam mais voltadas a fazer as atividades propostas para o dia, e possivelmente por isso eu e a docente não pudemos ter tanto diálogo para além do momento da entrevista, mas foi notável seu cuidado, tanto o seu quanto o da professora da outra turma, a dedicação e essa busca pela prática para que essas crianças possam aprender sempre cada dia mais.

Capítulo 5

Educação, Migração e Vivência Escolar

Retomando à pergunta desta pesquisa que se estrutura no questionamento de como é constituída a vivência dessas crianças migrantes no contexto escola a resposta foi construída através do campo de pesquisa e dados empíricos de como tem se dado a vivência das crianças migrantes no contexto escolar, a partir do universo de uma escola que recebe crianças migrantes vindas principalmente da Venezuela. Consegui encontrar esta escola a partir da proximidade com pesquisadoras que atuam na Secretaria de Educação do Distrito Federal os quais o caminho deste estudo seguiu para a investigação por meio de observação participante e entrevistas.

Ademais, a ideia inicial era conseguir entrevistar os mais diversos atores sociais que são parte do processo do cosmos da educação, entretanto não foi possível obter estas participações de forma direta, ficando mais à cargo da observação estar dentro deste papel de percepção. Pude, então, trabalhar de modo mais direto através da perspectiva das docentes e de uma das gestoras escolares, que contaram as suas trajetórias e vivências com essas crianças principalmente a partir da rotina escolar que constroem diariamente naquele espaço.

Foi essencial perceber que é por meio destas dinâmicas que ocorrem desde a hora da entrada até a hora da saída das crianças da escola que esses cuidados e olhares atentos estão em todos os momentos. Muitas vezes quem não é deste universo ou está longe dele acaba por considerar somente as atividades que exigem escrita, leitura entre outros, sem perceber que todos os momentos que fazem parte do período das crianças na escola são intencionados: a hora do lanche das crianças e sua relação com a alimentação, as brincadeiras durante o recreio, as atividades lúdicas, todas estas fazem parte do processo de acolhimento das crianças migrantes e percepção de sua adaptação neste novo meio.

As docentes deixaram destacada a recorrência desta percepção durante as entrevistas quando falam sobre adaptação e rotina escolar, sobre a idade e série destas crianças e as ferramentas didáticas que utilizam. Entre as observações em todas as salas de aula, apesar de terem dinâmicas parecidas como atividades fora de sala, hora do lanche e recreio é perceptível que, considerando as singularidades

de cada contexto, essas ações estão sendo executadas em meio aos outros tantos acontecimentos de uma sala de aula, mas os quais é sempre intencionada a atenção e acolhida no respeito do processo destas vivências.

Posso dizer que este trabalho veio das reflexões desenvolvidas durante os Projetos de Iniciação Científica por dois editais pela Universidade de Brasília, mas que vem principalmente da necessidade de se discutir sobre a Educação e Migração enquanto partes fundamentais do processo de acolhimento e desenvolvimento da vida das populações migrantes no Brasil. Enquanto pesquisadora e cientista social compreendo que é dever buscar saber e aprofundar o debate para temas sociais urgentes por meio da pesquisa e do campo, parte das ferramentas que utilizei durante este trabalho para expor esta discussão.

Desde o início dessa pesquisa, no processo de revisão da bibliografia, pude perceber que a educação e migração dentro do contexto da educação pública foram emergindo como cenários recorrentes dentro dos textos. Posso dizer que estes, em conjunto com as pesquisas sobre as políticas educacionais para migrantes no Distrito Federal me levaram a refletir sobre a realidade da educação neste contexto em uma escola pública.

Deste modo, a busca por privilegiar o olhar para a compreensão das vivências destas crianças, considerando as legislações existentes sobre o tema e suas aplicações, foram o ponto de partida para adentrar e tornar nítidas as relações que se dão naquele contexto. Com o aporte da Constituição Brasileira de 1988, a lei de Migração nº 13.445 do ano de 2017, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as legislações educacionais nacionais e distritais que, apesar de nem todas escreverem necessariamente em suas redações o termo “migrante” conjuntamente são ferramentas que garantem o direito à educação para as populações migrantes, incluindo a educação.

Saindo do campo teórico e legislativo, mas tendo estes como parte do meu campo de observação, os caminhos da pesquisa me levaram para a necessidade de compreender como é de fato o dia a dia das crianças, a rotina escolar e os desafios de se estar em sala de aula, os quais pude observar e colher por meio das entrevistas. Tanto durante as observações quanto nas entrevistas pude captar, entre os pontos que mais me trouxeram reflexão, é que tudo acontece ao mesmo tempo:

os processos de ensino aprendizagem, acolhimento, socialização, crescimento das crianças, formações cognitivas, aprendizado da língua portuguesa entre outros.

Considerando então que todos eles acontecem de forma simultânea para estas crianças, saber como lidar e quais ferramentas didáticas utilizar também acontecem assim para as professoras, dado isso, a melhor forma de compreender este todo é colocar enquanto vivência. Entendo que não se pode ou se deve considerar estes fenômenos de forma indissociável pois todos estão interrelacionados, mas que sim é preciso buscar alguma ou algumas das perspectivas para trabalhar.

Estes mesmos caminhos da pesquisa me levaram à perspectiva das professoras e da gestão escolar, em uma escola que tem docentes que já trabalharam com as populações migrantes por meio de pesquisa acadêmica ou na Secretaria de Educação, considero que este pode ter sido um diferencial no acolhimento destas crianças e na busca por mecanismos facilitadores de ensino-aprendizagem como a contratação de um Educador Social Voluntário que fale espanhol.

Ainda vejo que partir desse ponto de vista é tão importante e necessário quanto todos os outros e o caminho o qual busquei traçar dentro desse trabalho me permitiu chegar outras pesquisadoras chegaram, mas que este ainda é um tema recente olhando a realidade do Distrito Federal, é ainda iniciante voltar o olhar para essas questões não se torna necessariamente pioneiro, mas é ainda importante e se torna um caminho para que outras pesquisadoras e pesquisadores possam seguir.

Este estudo considerou que as pessoas que migram partem desta perspectiva de um futuro melhor para si e para os seus e fica aqui ainda a necessidade de trabalhar para a melhoria dessas crianças, isto possa ser realizado por meio de inclusão e perspectivas futuras de melhoria como a Formação Continuada de Professores, o trabalho na escola para o acolhimento a partir da língua portuguesa entre tantas outras ações.

Isto quer dizer que este trabalho verificou tanto pelas perspectivas docentes quanto nas observações que a educação é um caminho para o acolhimento, para mudança de vida. Pude perceber durante os estudos que há um alerta para a situação de moradia das populações migrantes e embora venham de movimentações do estado e de organismos não governamentais, no momento o que

há é principalmente uma movimentação individual ou de dentro da comunidade escolar para auxiliar a estas crianças.

Por fim, estas ações da comunidade estão sempre presentes e devem ser relatadas devido sua pertinência neste trabalho. São atuações de professoras, movimentações da comunidade, de pessoas que estão realmente buscando melhoria de vida dessas crianças e famílias a partir de sua realidade. Estes são pontos chaves para compreender como a vivência dessas crianças vai se adaptando e ela vai se desenvolvendo a partir desse contexto novo contexto, desse universo que ela acaba sendo inserida, portanto, pensar nessa vivência também pensa em sua inclusão vendo as possibilidades que se pode trazer para vida dessas crianças e o seu futuro.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE-UNEMAT, Ivone Jesus. “AQUELA PRETA NÃO É MINHA AMIGA!”: INTERAÇÕES E SOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS HAITIANAS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM SINOP/MT.

ANDRADE, M. B.; SANTOS, P. L. C. O Fenômeno do ingresso crescente de crianças estrangeiras na escola pública regular do Distrito Federal. *Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 9, n. 2, p. 37-60, 2010.

ASSUMPÇÃO, Adriana Maria; DE AZEVEDO AGUIAR, Gabriela. “Você precisa falar português com seu filho”: *Desafios para o processo de inclusão de crianças imigrantes em escolas do Rio de Janeiro*. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 81, n. 1, p. 167-188, 2019.

ARAÚJO, Danuse da Porciúncula; CONTRERAS, Humberto Silvano H. *A criança imigrante e a escola: adaptação social e curricular*. In: EDUCERE: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2017.

BARLETT, L.; RODRÍGUEZ, D; OLIVEIRA, G. *Migração e Educação: perspectivas socioculturais*. *Educ. Pesqui*, São Paulo, v.41, n. especial, p.1153-1171, dez, 2015.

BRASIL. DECRETO nº 9.199, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017. *Regulamenta a Lei nº 13.445*, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Decreto/D9199.htm>.

CARDOSO, Lara Andréia Sant’ana. *Análise da escolarização e inclusão social de estudantes migrantes venezuelanos (as) na Escola Pública do Distrito Federal*. 2022.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. *Relatório Anual OBMigra 2022*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

CAVALCANTI, L. TONHATI, Tânia; DUTRA, D.; OLIVEIRA, M. (Org.) *A imigração haitiana no Brasil: características sócio-demográficas e laborais na região sul e no Distrito Federal*. 1. ed. Santiago: Universidad de Desarrollo (UDD), 2016. v. 1. 149p.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. *Do Estatuto do Estrangeiro à Lei de Migração: avanços e expectativas*. 2020.

DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. *A Migração Venezuelana no Brasil: crise humanitária, desinformação e os aspectos normativos*. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 13, n. 1, p. 219-244, 2019.

ESTRATÉGIA de Interiorização. Help ACNUR, sem ano. Disponível em: <https://help.unhcr.org/brazil/informativo-para-a-populacao-venezuelana/programa-de-interiorizacao/> Acesso em: 20/04/2023

FREITAS, M. C.; SILVA, A. P. *Crianças Bolivianas na educação infantil de São Paulo: Adaptação, vulnerabilidades e tensões*. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 157, p. 690- 702 jul/ nov, 2015.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017. 283p.

HISTÓRICO do Município. Pacaraima, sem ano. Disponível em: <http://www.pacaraima.rr.gov.br/4/pagina> Acesso em 17/05/2023

LIMA, D. Implementação de Políticas Públicas para Refugiados: o ensino do português como língua de acolhimento no Distrito Federal. *Tese de Mestrado*, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

VÉRAS, M. P. B. Paradoxos na Educação: Inserção e Alteridade de Imigrantes nas Relações Escolares. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 304-312 jan./marc., 2019

Resolução CNE/CP 1/2020. Diário Oficial da União, Brasília, 29 de outubro de 2020, Seção 1, pp. 103-106.

RODRIGUES, L. Imigração, Escola, Território. Congresso XVIII ENDIPE: *Didática e Prática de Ensino no contexto político contemporâneo: cenas da Educação Brasileira*. Disponível em:

https://www.ufmt.br/endipe2016/downloads/233_9880_36821.pdf, 2016.

SOUZA, Ana Maria Falcão de. Educação, Migração e Diversidade na Contemporaneidade. São Paulo: Editora XPTO, 2021.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c. BRASIL.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação do Distrito Federal. Brasília: SEEDF, 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL. LEI 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017. Institui a Lei de Imigração. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm> acesso em 20/04/2023

ESCOLA CLASSE 113 Norte. Projeto Político Pedagógico. Brasília, 2022. Disponível em < <https://www.educacao.df.gov.br/projeto-politico-pedagogico-2022/>> acesso em 10/05/2023

ANEXOS

Questionários TCC

PERGUNTAS COMUNS – corpo docente e auxiliar

1. Qual sua relação com a secretaria de educação do GDF? (se professora, gestora, estudante)
2. Há quanto tempo você trabalha com as populações migrantes e refugiadas? Como tem sido essa experiência?
3. Quais são as nacionalidades dessas crianças e jovens que vêm procurando mais a escola?
4. Quais as dificuldades que você vê no processo deles (como o de matrícula, aprendizado, idade/ série)?
5. Como vocês da escola vêm fazendo esse processo de inclusão?

Secretaria

- Qual seu contato e trabalho com esses alunos migrantes?
- Como é a recepção da documentação?
- Como funciona o cadastro e matrícula na escola?

Diretoria

- Quais ações a escola em conjunto com a secretaria tem feito para que essas crianças sejam inseridas e permaneçam na escola?

Inspetoria e merendeiras

- Como é convívio entre as crianças pela sua percepção?
- Teria alguma história ou observação em relação a esse alunato para contar diante do seu trabalho?

Docentes

- Qual conteúdo ministra?
- Qual a quantidade de alunos em sua turma?
- Dá aula para quantos alunos e quantos deles são migrantes?
- Como é a dinâmica em sala de aula?

